



**Rede
Rural**
Nacional
2018 **6**

em Rede

Revista da Rede Rural Nacional

WWW.REDERURAL.PT



**FLORESTAS
DA URGÊNCIA
DO IMEDIATO
AO PLANEAMENTO
DO FUTURO**



A sexta edição da revista “Em Rede” é dedicada ao setor florestal pela relevância que o tema tem na atualidade e, em particular, pelo trabalho desenvolvido pelos membros da Rede Rural Nacional no âmbito do Grupo de Trabalho Temático (GTT) “Valorização da Floresta – Gestão Florestal”.

A Rede Rural Nacional, no seu plano de ação 2014-2020, prevê desenvolver atividades que visem apoiar o trabalho em rede para a dinamização de abordagens temáticas. Este trabalho iniciou-se nos meses de junho e julho de 2016, com a realização de cinco Workshops regionais (Algarve, Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Norte), que contaram com a participação de cerca de duzentos e cinquenta membros da RRN e conduziram à seleção de um conjunto de áreas temáticas para o trabalho da Rede. Uma das cinco mais votadas foi a “Valorização da Floresta – Gestão Florestal”. Esta área temática surgiu do debate com os membros, a partir da identificação das necessidades ou problemas que se colocam ao setor florestal.

Com base neste debate definiu-se um plano de ação para o GTT assente em cinco temas: Adaptação do setor aos efeitos das alterações climáticas; A prevenção de fogos florestais; Modelos de gestão conjunta da floresta; Valorização económica da floresta e novas cadeias de valor e Valorização dos serviços dos ecossistemas produtivos.

Todo o trabalho do GTT foi desenvolvido com o apoio de um grupo de peritos provenientes da academia e das organizações de produtores.

Para integrar o grupo de peritos foram convidados representantes de todas as federações do setor. Os participantes desempenharam um papel crucial na análise dos resultados dos workshops regionais, construção do plano de ação e coordenação dos subgrupos entretanto constituídos por forma a permitir um melhor aprofundamento dos diversos temas.

Sendo a partilha e divulgação de conhecimento e de boas práticas um dos principais objetivos estratégicos para a temática Valorização da Floresta – Gestão Florestal, objetivo este que é transversal a todas as atividades inscritas no Plano de Ação e Plano de Atividades da RRN, faz todo o sentido dedicar uma edição da revista “Em Rede” a este tema.

Nesse sentido a revista inicia-se com um artigo sobre a evolução das políticas florestais em Portugal que se complementam com três perspetivas institucionais sobre os principais desafios das políticas públicas para a floresta.

Na rubrica “Pontos de vista” procurámos contribuir para a informação e debate sobre temas identificados como pertinentes pelo GTT. Sobre planeamento e gestão das florestas convidámos representantes de instituições da administração central e local, associativas e de investigação para partilhar a sua visão e experiência sobre novos modelos de gestão e planeamento face aos atuais desafios.

A necessidade de encontrar respostas às alterações climáticas, novos modelos de formação adequados à realidade da floresta em Portugal, a valorização da floresta através de novas cadeias de valor, o enquadramento da floresta em abordagens territoriais e técnicas para a estabilização de solos são temas tratados, nesta rubrica, por alguns dos nossos convidados.

À semelhança das edições anteriores apresentam-se projetos e iniciativas consideradas relevantes identificadas em todas as regiões do Continente e Regiões Autónomas.

Maria Custódia Correia

Coordenadora Nacional da RRN e Chefe de Divisão de Diversificação das Atividades Agrícolas, Formação e Associativismo/ DGADR



Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da rede Rural Nacional e do Conselho Editorial desta revista.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

EM REDE,
Revista da Rede Rural Nacional

PROPRIEDADE

DGADR/Rede Rural Nacional

EDITOR

DGADR/Rede Rural Nacional

CONSELHO EDITORIAL

DGADR/UC-ETA da Rede Rural Nacional (Maria Custódia Correia, Ana Entrudo, Maria do Carmo Bica); DRAPL Norte – Ponto Focal da RRN (Celina Bouça); DRAP Centro – Ponto Focal da RRN (António Arlindo); DRAPLV – Ponto Focal da RRN (Ana Alberty); DRAPalentejo – Ponto Focal da RRN (José Veiga); DRAP Algarve – Ponto Focal da RRN (Miguel Mota e Costa); SRAP da R.A. da Madeira (Graça Mateus) - Ponto Focal da RNN; DRDR da R.A. dos Açores (Maria José Aranda e Silva) - Ponto Focal da RNN; Newsengage, Media, Conteúdos e Comunidades, S.A.

REDAÇÃO

Angela dos Vais, Raquel Bento, Gorete Ferro Freitas, Pedro Sousa, Teresa Carvalho e autores dos artigos assinados

DESIGN

Conceição Matos

IMPRESSÃO

RPO - Produção Gráfica, LDA.

DISTRIBUIÇÃO

Rede Rural Nacional

FOTOGRAFIAS

Pedro Figueiredo; Nuno Calado; João Cosme; Filipe Pombo; Ramon de Melo; Paulo Pereira e Nelson de Matos

ISSN

2182-8172

DEPÓSITO LEGAL

3531771/12

Distribuição Gratuita

EDITORIAL

MARIA CUSTÓDIA CORREIA

POLÍTICAS

- 04** EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS FLORESTAIS EM PORTUGAL – BREVE SÍNTESE
VICTOR LOURO
- 10** DESAFIOS DO LONGO LABIRINTO FLORESTAL
MIGUEL FREITAS
- 11** PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA FLORESTAL EM PORTUGAL
JOAQUIM BARRETO
- 12** UMA DRAMÁTICA E ENIGMÁTICA CONTRADIÇÃO
PEDRO SOARES

PONTOS DE VISTA

- 13** SERÁ DESTA?
ANTÓNIO LOURO
- 14** DESAFIOS DA POLÍTICA FLORESTAL PORTUGUESA
NUNO CALADO
- 15** PLANEAR E GERIR BEM A FLORESTA, DEPENDE DA POLÍTICA PÚBLICA
ROSÁRIO ALVES
- 16** PLANEAMENTO E GESTÃO DA FLORESTA – DIFERENTES PERSPETIVAS
ROGÉRIO RODRIGUES
- 17** FOGOS FLORESTAIS E FENÓMENOS EROSIVOS: DA ESCALA LOCAL À BACIA HIDROGRÁFICA
RUI M.V. CORTES
- 19** EM DEFESA DE UMA FLORESTA DIVERSA E RESILIENTE
HELENA FREITAS
- 21** OITO SOLUÇÕES PARA A ADAPTAÇÃO DA FLORESTA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
ANDRÉ VIZINHO
- 23** DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS OU PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS RURAIS?
ANTÓNIO SALGUEIRO
- 25** O USO MÚLTIPLO DA FLORESTA E AS NOVAS CADEIAS DE VALOR
MARTA CORTEGANO
- 27** GERAÇÃO_Z@BALDIOS #FLORESTASCOMUNITÁRIASNAEUROPA
RITA SERRA
- 28** NECESSIDADES FORMATIVAS DOS ENGENHEIROS FLORESTAIS PARA O SÉCULO XXI
MARIA CONCEIÇÃO COLAÇO

- 29** FOREST-IN: INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS NA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
NELSON MATOS
- 30** AVALIAÇÃO DA GESTÃO COMUNITÁRIA DA FLORESTA SEGUNDO A METODOLOGIA DA FAO/ONU
IRYNA SKULSKA
- 32** DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL AOS NOVOS MODELOS DE GESTÃO CONJUNTA DAS FLORESTAS
MARIA JOÃO CANADAS
- 34** SOBRE O QUE DEVERIA SER O FOCO DA REFORMA DA POLÍTICA FLORESTAL
AMÉRICO MENDES

INICIATIVAS

- 36** PLANO DE PAISAGEM TERRAS DO COURA
UM MODELO PARTICIPATIVO PARA A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
- 38** BLC3
E DA FLORESTA SE FEZ BIOPETRÓLEO
- 40** MUNICÍPIO DE MAÇÃO
PROPRIETÁRIOS E AUTARQUIA EM PARCERIA PARA VALORIZAR O TERRITÓRIO
- 42** SISTEMAS AGRÍCOLAS DE ELEVADO VALOR NATURAL
PROJETO EUROPEU IMPULSIONA INOVAÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO
- 44** TERRAS DO INFANTE ATUA NA PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS
ASSOCIAÇÃO JUNTA MUNICÍPIOS DE ALJEZUR, LAGOS E VILA DO BISPO
- 46** A MULTIFUNCIONALIDADE DA FLORESTA
MONTADO DOS LOUROS: EXEMPLO DE UM PROJETO FLORESTAL NA ILHA DA MADEIRA
- 48** A CRIPTOMÉRIA TRANSFORMADA EM MALA VEGAN
- 50** LER/INTERNET

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS FLORESTAIS EM PORTUGAL

BREVE SÍNTESE



Victor Louro

Eng.º Silvicultor

Ex-dirigente da DGF
(aposentado)

Antigo Deputado e
Secretário de Estado

Antigo Presidente da
Comissão Nacional de
Combate à Desertificação

O tema que me foi proposto é de importância capital pela simples razão de que nem a floresta começou ontem, nem as políticas que lhes têm sido dirigidas. E portanto, num momento em que a Desgraça nos bateu à porta com tamanho fulgor, impondo-nos olhar de frente e a sério para o que é preciso fazer, importa conhecer os traços fundamentais das políticas que têm sido seguidas, e questioná-los. Não apreciarei as medidas que têm sido anunciadas: entre o anunciado e o feito vai sempre uma distância muito grande, e se o fizesse cairia no domínio do prognóstico (que não me entusiasma...).

Repetindo, para que se tenha bem presente um aspeto essencial da realidade portuguesa, ímpar no plano mundial: a área pública é quase insignificante, enquanto a propriedade privada é esmagadora, representando 92% da área florestal total.

Será de admitir que as políticas de interesse florestal têm tentado responder a isto. Mas...

Neste ponto entendi que não devia limitar-me a assinalar as minhas conclusões sobre a evolução das políticas, pois poderiam parecer demagógicas ou infundadas. Preferi, então, seguir de muito perto o que escrevi em 2015, 2016¹, onde analiso essa evolução reuando quase às origens do que é hoje Portugal.

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS

A grande instituição virada para a floresta, criada em Portugal nos tempos mais recentes, isto é no Século XIX, foram os Serviços Florestais – SF (ao longo dos anos adotaram variados nomes; nos dias de hoje não existem mais os Serviços Florestais – o ICNF não os substituiu). Eles foram criados em 1886 com o objetivo da arborização das serras da Estrela e do Gerês, que eram (e são) essencialmente terrenos baldios. Mais tarde, em 1901, foi instituído o Regime Florestal, que teve aplicação essencialmente nos terrenos baldios e nas Matas Nacionais. Em 1938 foi aprovada a Lei do Povoamento Florestal (também conhecida por lei dos baldios) que foi o grande instrumento de suporte à arborização, mas também ela virada exclusivamente para as áreas baldias.

REGIME FLORESTAL

A novidade surgiu em 1954 com a aprovação da Lei 2069, cujo objetivo era impulsionar o Regime Florestal designadamente nos terrenos particulares (embora também nos que pertenciam ao Estado, autarquias, baldios e pessoas de utilidade pública administrativa). Os Serviços Florestais, em representação do Estado, tinham de

elaborar os planos de arborização regionais, tendo os proprietários das áreas submetidas ao Regime Florestal de optar entre realizarem os trabalhos previstos a expensas próprias, a expensas do Estado, ou em parte suportados por si e outra parte pelo Estado. Foram criados vários incentivos, nomeadamente a isenção de contribuição predial, e previstas facilidades de acesso a crédito.

Esta lei associava dois objetivos: pôr a florestação ao serviço das potencialidades reconhecidas de exportação de madeiras, e especialmente responder às necessidades da indústria de celulose; e atacar os efeitos das campanhas do trigo em matéria de degradação dos solos. Mas foram diminutos os seus resultados, desde logo porque os benefícios que concedia aos proprietários não se revelaram interessantes: não houve qualquer florestação executada pelos Serviços Florestais! Nem estes foram reorganizados para corresponderem a semelhantes encargos; e mais significativo: nem a lei chegou a ser regulamentada.

O Regime Florestal tinha subjacentes aos desígnios produtivistas, justas e corretas preocupações de cariz protecionista da Natureza, designadamente com vista à proteção e recuperação dos solos das montanhas e proteção dos recursos hídricos. Mas, na sua aplicação à propriedade privada, e devido aos custos e obrigações que lhe estavam associados, acabou por agir como “instrumento de defesa dos grandes proprietários fundiários”: Baptista informa que a área média das propriedades privadas submetidas ao RF era, em 1960, de 695 hectares por propriedade ou grupo de propriedades².

Segundo este autor³ foi com o II Plano de Fomento (1959-64) que



acabou a ênfase da política florestal na arborização dos baldios para se virar crescentemente para a florestação da propriedade privada.

FUNDO DE FOMENTO FLORESTAL

Em 1965 surgiu o primeiro instrumento concebido exclusivamente para a propriedade privada, o Fundo de Fomento Florestal - FFF, também ele com o exclusivo objetivo da arborização. Mas vinha marcado: destinava-se a intervir nas áreas que o próprio FFF submetesse a planos de arborização, e em áreas superiores a 50 hectares que tivessem projeto de arborização; além disso, sem limites de área, podia conceder – e concedeu - apoios em natureza (plantas e sementes).

Nas *Palavras prévias: definição de uma atitude*, o Prof. António Manuel de Azevedo Gomes, que foi encarregado pelo Ministro da Economia Luís Teixeira Pinto de estudar o fomento da arborização nos terrenos particulares, com particularização para a Região a Sul do Tejo, escreveu na abertura da sua obra *O fomento da arborização nos terrenos particulares*⁴: “a Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas não se encontra – por razões de estrutura, tanto como por carência de mentalidade ajustada a um campo de ação de que verdadeiramente sempre esteve divorciada - não se encontra em condições de arcar com as responsabilidades inerentes à concretização de uma realista e incisiva política de arborização nos terrenos do Património Particular”.

Mas, questionando-se sobre se “o fomento da arborização, com todas as facilidades projetadas, não irá estimular a constituição de maiores unidades com o correspondente incremento da quota-parte da área que se encontra na mão de um número muito res-



trito de empresários (...) que retém a grande quota-parte da Região a Sul do Tejo”, não hesita “em contribuir para a constituição de uma organização destinada a sacar dos solos do património particular classificados como de capacidade de uso maiormente florestal, e a ritmo acelerado, as produções sustentadas que se harmonizem com as respetivas potencialidades, mesmo admitindo que um tal empreendimento possa vir em determinadas regiões a suportar ou a agravar uma estratificação social até certo ponto desajustada das finalidades do próprio desenvolvimento económico, desde que exprima esse receio e o leve junto do poder político ao qual compete, por certo, encaminhar o desenvolvimento por forma a que se verifique uma progressiva dignificação humana e se assista, dia a dia, a uma maior justiça social em tão vastas parcelas do nosso Continente.”

Perspicaz, a dúvida de Azevedo Gomes! De 1965 a 1974, 95% das áreas de pastagem financiadas e executadas pelo FFF foram-no em prédios de mais de 200 hectares.⁵

Talvez A. M. Azevedo Gomes, justamente preocupado com as consequências da encomenda que lhe fora feita, dirigida em especial para o Sul do Tejo, não tenha imaginado um outro fenómeno, aliás da mesma índole: a grande concentração do esforço financeiro e de trabalho do FFF num reduzido número de famílias e de freguesias, em muitos dos concelhos das regiões Norte e Centro, onde predominava e predomina o minifúndio.⁶

O FFF estudou em 1970 as primeiras áreas de minifúndio destinadas à 1984. De qualquer modo, e segundo os mesmos autores, nos 21 anos da sua existência metamorfoseada, o FFF permitiu a arborização de 253 mil hectares, tendo-se criado ou intervencionado, ainda, 70 mil hectares de pastagens.

O FFF, criado em 1945 e transformado em estrutura autónoma em 1963/64, conheceu desde então e até 1983 (em 18 anos, portanto) 2 transformações institucionais e outras tantas modificações de fontes de financiamento (em 1969 e 1973). Uma dessas alterações de fontes de financiamento constitui um claro exemplo da irresponsabilidade (?) de certas opções políticas quanto à florestação: porque, através da Lei de Melhoramentos Agrícolas, à Junta de Colonização Interna foi atribuída capacidade para financiar arborizações, ela estabeleceu para tais financiamentos (à semelhança dos investimentos agrícolas) o prazo de 10 anos, do que resultou uma única opção viável: eucaliptos!

DESDE OS ANOS 60

Baptista (1984), citado por Monteiro Alves⁸ faz o enquadramento político, económico e social nos anos 60: “com o desmoronar do regime de latifúndio nos campos do Sul (...) e a procura duma alternativa para os grandes proprietários cujos prédios integravam os piores solos... Uma das saídas propostas a estes últimos foi a florestação sempre que possível associada à pecuária em regime intensivo.” Monteiro Alves prossegue: “O avanço da arborização



dos baldios, a impressão da existência ainda de muitas áreas incultas, a ideia que começou a tomar corpo de que muitas áreas do território nacional não seriam utilizáveis agricolamente, e o progresso das ideias da industrialização, colocaram na ordem do dia a expansão da arborização nos terrenos particulares. Durante os tempos seguintes, até aos nossos dias, os governos inscreveram nos seus objetivos e programas, duma forma mais intensa ou menos, intenções e meios legislativos e de processo, que no entanto foram ficando sempre muito aquém dos anúncios feitos, e sempre muito abaixo do que seria possível. A própria variedade das soluções legislativas e institucionais, os altos e baixos da vontade política e dos meios financeiros postos à disposição, demonstram que o objetivo de expansão da arborização na propriedade privada foi sempre um pouco uma linha torta a querer endireitar-se, sem o conseguir.”⁹

APOIO À PROPRIEDADE FLORESTAL PRIVADA NA BACIA DO ZÊZERE

É certo que houvera num passado talvez recente (anos 60?) alguma vontade de considerar a propriedade privada no âmbito dos Serviços Florestais – até aí, inconsequente. Fora desse quadro institucional, a iniciativa e voluntarismo do Eng.º Silvicultor Jorge Vieira Alves e a anuência do chefe da 4.ª Repartição Técnica, Eng.º Silvicultor José Caetano Velez, levaram ao desenvolvimento, nos finais dos anos sessenta, nos Serviços Florestais, dum projeto-piloto visando o apoio à Organização e Gestão da Propriedade Florestal Privada, na Bacia do Zêzere e zonas limítrofes. Esse sim, instalado com ações concretas no Pinhal Interior (Sertã, Mação, Oleiros, Vila de Rei, Proença-a-Nova), desenvolvidas por pessoal técnico e guardas florestais, fez formação em resinagem e motosserras, sensibilização para o associativismo, criou um viveiro de plantas florestais que eram cedidas aos proprietários locais, construiu uma rede de



cerca de 100 Km de estradas florestais e postos de vigia contra incêndios, manteve brigadas de combate aos incêndios, e arborizou mesmo 370 hectares na freguesia da Isna de Oleiros. Da sua intervenção nasceram as primeiras cooperativas: a SPROLEI, abrangendo vários concelhos, e duas outras de resineiros no concelho de Mação. O projeto cresceu até 1977 com vários Núcleos de Assistência Técnica a funcionar. Em 1978 foi totalmente regionalizado sendo a verba de 13 300 contos que lhe fora atribuída, pulverizada por todas as administrações florestais do País e o seu conseqüente desvio para outras ações. De 1978 a 83 o projeto morreu, os Núcleos de Assistência Técnica burocratizaram-se, foram esvaziados de meios, paralisaram a sua atividade, perderam o seu prestígio e foram integrados contranatura nas Administrações Florestais.”¹⁰

UM CAMINHO ERRÓNEO NA LONGA PASSAGEM DO SÉCULO

Em 1977 o referido Fundo de Fomento Florestal foi transformado em Direção-Geral de Fomento Florestal; e esta, em 1983 foi absorvida pelos Serviços Florestais, passando a ser uma direção de serviços da novel Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. Pode dizer-se, sem exagero, que os Serviços Florestais não toleraram aquela extravagância da propriedade privada! Porém, não mais os (ainda) Serviços Florestais foram capazes de encontrar rumo para a propriedade privada, mantendo (e mal) o seu rumo *natural*: a propriedade pública (estatal) e comunitária (baldios). É certo que foram inventadas formas orgânicas alegadamente tendo em conta a propriedade privada: desapareceram as velhas administrações florestais e sucederam-lhes as zonas florestais, etc. Mas tal sucedeu em simultâneo com a diminuição dos recursos financeiros e até humanos ou, na melhor das hipóteses, sem que o seu aumento fosse compaginável com o aumento das responsabilidades. A integração nas direções regionais de agricultura representou um desastre, em que os rendimentos da

exploração das Matas Nacionais e dos baldios serviram para pagar os lápis e as esferográficas das estruturas... Não se ganhando, em geral, o que era visado, ou seja uma visão integrada do espaço rural e das suas populações. E aquela organização acabou por reverter novamente para um formato mais próximo dos anteriores SF, mas já com as estruturas esfrangalhadas. Portanto, só podia dar asneira... Ou, na melhor das hipóteses, não dar nada! Foi o que aconteceu.

A criação do Fundo de Fomento Florestal demonstra uma preocupação, mas é preciso dizer que não teve uma alimentação financeira em correspondência com tal preocupação.

E a partir dele, e da sua extinção, sucederam-se os instrumentos financeiros visando a propriedade privada: a Lei de Melhoramentos Agrícolas abriu-se à arborização (1969); a CCORA concedeu subsídios e empréstimos (1970); o Projeto do Banco Mundial, que vigorou durante os últimos anos do FFF e que continha componentes outras que não a arborização, mas que nunca tiveram concretização, nem prática, nem teórica; o Reg. (CEE) 797/85; o Reg. (CEE) 2080/92; etc.

E no âmbito destes últimos instrumentos, os técnicos foram remetidos a atendedores em balcões, e a fiscais da execução dos projetos financiados, sujeitos a regras ditadas centralmente, até à função praticamente administrativa de visar papeis em observância de tabelas regulamentares.

Em conclusão, nos últimos 40 anos de vida dos Serviços Florestais (desde 1977, com a criação da DGOGF e absorção do FFF) operou-se a sua destruição, em especial nos últimos 21 anos (desde 1996, com a criação da Direção Geral das Florestas, reduzida a uma estrutura central, e dissolução dos serviços regionais nas direções regionais de agricultura). Em 2012 deu-se a sua encomendação



com a criação do atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF.

Mas não foi uma destruição criadora... Não só foi destruída a *tendência* para a propriedade privada, como foi destruída também a sua *tendência natural* para a propriedade pública e comunitária. Ao autoritarismo da solução Serviços Florestais, (temperado após o 25 de Abril de 1974), seguiu-se a destruição caótica e irresponsável por sucessivos governos de diversa coloração ideológica. Deitou-se fora o bebé com a água do banho... Criou-se o nada!

Entretanto, vejamos um aspeto distinto. A floresta portuguesa está em parte integrada em explorações agrícolas. Estas distribuem-se por classes de superfície agrícola útil (SAU) do modo que o quadro seguinte apresenta; e nele se inscrevem também as percentagens de floresta que lhes dizem respeito.

sociativismo. E só com as linhas de financiamento surgidas no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio houve guarida para apoio ao associativismo, formação profissional, etc.

Recordemos o balanço apresentado pelo Prof. A. M. Azevedo Gomes já em 1967¹¹, a propósito da relativamente abundante legislação produzida: “como regra o espírito da lei se esbateu ao longo de um comportamento demasiado passivo daqueles órgãos a que competia cuidar da respetiva observância”. E concluiu: “não se ajustam os princípios e as finalidades que informaram os legisladores com os meios de ação postos para o efeito à disposição dos Serviços Florestais, e até com os métodos de intervenção que têm vindo a ser adotados.”

Será o panorama menos mau, volvido que está meio século?

SINTETIZANDO

Em Portugal os Poderes já têm querido responder às necessidades e às potencialidades da Política Florestal, mas têm passado sempre ao lado: por isto, por aquilo ou por aqueloutro...

Legislação: ninguém se queixe de falta... O pior é o excesso! E, desde sempre, a falta de avaliação das medidas políticas anteriores. No caso do Pinhal Interior funcionou nos anos 90 - 2000 a AIBT - Ação Integrada de Base Territorial: foram agora considerados os resultados dessa experiência?

Matas e florestas integradas em explorações agrícolas

Classes SAU	← 1	1 - ← 5	5 - ← 20	20 - ← 50	50 - ← 100	→ 100	Total
	hectares						
Superfície total das explorações (%)	1,9	13,8	14,9	9,9	7,9	51,5	99,9
Matas e florestas (%)	4,9	27,4	19,7	10,7	6,9	30,4	100
Relação Matas e FI / Sup. Total expl.	2,6	2	1,3	1,1	0,9	0,6	

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

O quadro evidencia uma realidade muito interessante do ponto de vista social: naturalmente a maior parte da área florestal integrada em explorações agrícolas (30%) situa-se na classe das maiores explorações, onde se integra mais de metade da superfície total das explorações (51,5%); em contrapartida nas explorações mais pequenas, que representam menos de 2% da superfície total das explorações, situam-se quase 5% das matas e florestas. Quer dizer que em peso relativo, **as matas e florestas integradas em explorações agrícolas são mais de 4 vezes mais importantes nas mais pequenas do que nas maiores explorações**. Alargando a análise verifica-se que **mais de metade das matas e florestas (52%) estão inseridas em 30% das explorações, que são aquelas de dimensão entre 1 e 20 hectares**.

Ao tratarem do mesmo modo o que é tão diverso, os sucessivos instrumentos ditos de apoio à floresta deixaram de fora os mais pequenos agricultores. É um significado geralmente não assinalado.

Voltando atrás. Com a exceção do referido Projeto-piloto de Apoio à Propriedade Florestal Privada, criado durante os últimos anos da ditadura, todas as outras iniciativas visando a propriedade privada tiveram por escopo exclusivamente a arborização e beneficiação de áreas arborizadas. O Projeto do Banco Mundial não foi concretizado no que respeitava ao as-

Entre as **leis e a sua aplicação** - o abismo! Ou por exiguidade ou inexistência de meios financeiros; ou por inadequação das estruturas institucionais; ou por desvios das leis em relação às necessidades; ou por se dirigirem a interessados muito queridos e influentes do Poder; não se pode dizer que alguma das numerosas leis feitas para serem importantes teve aplicação à medida dos desígnios.

Pequenos proprietários: os grandes proscritos das preocupações do Poder! Na realidade só os grandes proprietários tiveram políticas que iam ao encontro dos seus interesses.

Participação dos agentes florestais: se alguém tem visto os seus interesses protegidos são os grandes industriais, capazes de influenciarem o Poder. A maioria dos proprietários, que o são de pequenas áreas, têm sido meros espectadores; e quando tomaram posições ativas de proposição ou reivindicação, foram simplesmente ignorados.¹²

Na hora em que o País é chamado a tomar medidas de fundo para reverter as condições de pauperização da floresta portuguesa e do território como um todo, convém ter em conta este historial. Para que, à boleia de exigências que todos reconhecemos como excepcionais, não se tomem, mais uma vez, medidas que de facto se destinam a beneficiar um pequeno número, sem nada interferir no que realmente é importante para o País.

Escrevi no início deste texto que nele não me debruço sobre as políticas que estão agora a ser decididas ou postas em prática. Mas



para ilustrar a razão de ser do alerta que faço no parágrafo anterior, abordo uma dessas medidas - as entidades de gestão florestal.

É reconhecida a necessidade de conferir dimensão às áreas florestais para poderem ser geridas, e não é difícil reconhecer que é preciso bastante dinheiro para atacar o problema. Para enfrentar isso foram instituídas (além das Unidades de Gestão Florestal) as EGF – entidades de gestão florestal. Porém, elas não requerem que os terrenos nelas incluídos sejam contínuos ou contíguos... Apenas requerem (tal como para as unidades de gestão florestal – essas, sim, gestoras de terrenos contínuos) que tenham processos de certificação. E para lhes dar força e conforto foi criada uma série de benefícios fiscais e outros. Quem beneficiará?

Em primeiro lugar: os fundos imobiliários, porventura a razão de ser da iniciativa. Na atual situação mundial de grande excesso de dinheiro à procura de “aplicação”, não faltam os abutres à espera de poderem cair sobre tão frágil presa! Em segundo lugar: gente que, servindo-se do desânimo de outros, ou de corretas decisões de venderem aquilo que não podem ou não querem gerir, tem vindo a comprar parcelas de terreno isoladas, umas aqui, outras ali.

O País ganha algo que justifique os apoios que são dados a esses “beneficiários” à custa dos contribuintes? Nada! Sendo isto óbvio, fica a pergunta: porquê insistir tão obstinadamente nessa medida? E porquê beneficiar os fundos imobiliários - que partem de excedentes financeiros expectantes?

Neste aspeto devo lembrar que foi à sombra das necessidades de dinheiro para os cofres públicos que no século XIX, num dia o poder liberal nacionalizou em 1834 os Bens de Mão Morta

(Coroa e Igreja, essencialmente), e 3 semanas depois vendeu-os em leilão exclusivamente acessível aos capitalistas da burguesia ascendente: o resultado foi que em dois anos os bens de 510 conventos passaram de mão para pouco mais de 600 compradores!

Muitas vezes se invoca a necessidade de dinamizar o mercado de terras. Parece lógico... Mas não é novo... Albert Silbert¹³: “a desamortização de Oitocentos, com a venda dos bens das ordens religiosas e a obrigação de remir os foros veio (...) movimentar o mercado de terras, permitindo ampliar ou arredondar patrimónios, cimentando assim a fortuna, o peso social e consequentemente a capacidade de afirmação possível dos lavradores.”

Os portugueses têm a experiência das recentes privatizações, cujo pretexto mais confessável foi a necessidade de reduzir a dívida pública. Os resultados estão à vista: dificuldade de fazer valer os interesses públicos, mesmo quando se trata de bens ou serviços essenciais como a eletricidade, os transportes ou os correios, a par da recolha de chorudos lucros pelos novos proprietários. Alguém quererá proceder identicamente com a Terra?!

A História de Portugal não é *fait divers*! A Esperança é grande, e o Juízo é exigente.

1. Louro, V. A. *floresta em Portugal – um apelo à inquietação cívica*, Ed. Gradiva, 2016.

2. Baptista, F. O. *A Política agrária do Estado Novo*, Ed. Afrontamento (1993), pg 282-283.

3. Idem

4. Gomes, A. M. A. *O fomento da arborização nos terrenos particulares*, Fund. C. Gulbenkian, Lisboa (1969), pg. 18, 19 e 22.

5. Baptista, F. O. *ob. Cit.* (1993), pg 296.

6. Louro, V. *Projecto Florestal Português/Banco Mundial. Relatório final de execução*, DGF, 1988 (ciclost.).

7. Gomes, J. P. Azevedo e Quaresma, A. F. *Subsídios para a história do Fundo de Fomento Florestal e Direcção-Geral de Fomento Florestal*, DGF 1988 (ciclost.).

8. Alves, A. A. Monteiro, *A floresta no século XX* in Radich, M. C. Alves, A.A.M., *Dois séculos da floresta em Portugal*, CELPA, Lisboa 2000, pg. 157-158..

9. Acrescento eu este exemplo: em 1973 o então Ministro da Economia Cotta Dias, interpretando as necessidades da política agrícola que ia sendo definida nessa fase final do Estado Novo, serviu-se naturalmente da política para a floresta como um dos instrumentos “para se subtraírem do setor agrícola mais de dois milhões de hectares, tidos como impróprios para a agricultura, os quais se reconverteriam em área de produção florestal” (...) Mais uma medida de política económica, a adicionar a outras (...) que serve principalmente o interesse dos grandes empresários do setor” (tendo em conta a estrutura das explorações agrícolas à época). Segundo Fernandes, B. H. *Problemas agrários portugueses*, Prelo Ed., Lisboa 1973, pg. 105-107

10. SPCF, Colóquio *Porque morre o sector florestal*, Lisboa, Junho 1983 [dactil.] - Internetarchive.org/details/0vllouro_sapo_pt.

11. Gomes, A. M. A., *ob. cit.* (1969), pg. 207

12. Na análise que acabei de fazer, isso não aparece, mas o livro de que sou autor, já referido, contém variados exemplos disso mesmo, nomeadamente nos setores da cortiça e da madeira para celulose.

13. Citado por Mattoso, J. et al., *O sabor da terra*, Círc. Leitores e Temas e Debates 2011, pg. 630.



Miguel Freitas

Secretário de Estado
das Florestas e do
Desenvolvimento Rural

DESAFIOS DO LONGO LABIRINTO FLORESTAL

Sempre que penso na imbricada questão florestal ocorre-me a imagem do labirinto, pelo desafio que representa ultrapassar barreiras e descobrir as fronteiras na dimensão absoluta do “adjacente possível”, isto é, com a perceção exata da necessidade de dar passos seguros e gerir expectativas num quadro realista de dificuldades. Mas sem hesitar nas prioridades.

Vislumbro a porta de entrada, munido da Estratégia Nacional das Florestas, e logo encontro o compartimento do ordenamento do território, e confronto-me com a ideia de desenvolvimento policêntrico, que exclui uma parte das zonas rurais mais profundas, onde a floresta se expandiu em áreas marginais à agricultura e o abandono degrada os sistemas de produção. A discussão em torno do PNPOT tem de trazer novos modelos territoriais ou corremos o risco de perder uma parte do país. A questão é muito mais que florestal.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal de 2.^a geração estão em elaboração, o que permitirá orientar políticas de ocupação do território, conhecendo-se melhor as zonas homogêneas de aptidão para as diferentes espécies e para a diversificação florestal. É um instrumento que define cenários para 2030 e 2050, de acordo com as alterações climáticas, o que é muito interessante, pois permite perceber e agir sobre as transformações desejáveis na matriz florestal das regiões a longo prazo.

A transposição para os Planos Diretores Municipais deverá obedecer a uma lógica intermunicipal, para ter correspondência apropriada à escala da paisagem, constituindo unidades de planeamento e gestão que permitam tomar decisões de intervenção e de

construção de modelos de governança público-privados ajustados à realidade. Mas a construção destas plataformas institucionais deve ir muito para lá das fronteiras da floresta, partilhando uma visão comum do futuro. Se o conseguirmos fazer, vencemos o primeiro obstáculo.

No espaço seguinte encontramos o domínio da gestão concreta do território. Precisamos afirmar que o futuro da floresta tem a rentabilidade como objetivo, tendo a produção de bens transacionáveis uma importância crucial. Mas é preciso perceber que muitos dos espaços agroflorestais só serão viáveis numa perspetiva de médio-longo prazo se forem remunerados pelos bens públicos que produzem. Temos, para isso, que reformular políticas e relações, dando solidez e durabilidade, através de contratos-programa, que permitam estimular novas formas de gestão e o interesse renovado dos gestores de território. Precisamos, também, de um modelo de serviço público mais territorializado e focado nos objetivos de gestão e proteção florestal.

Na reprogramação do PDR2020 em matéria florestal queremos dar sinais dessa mudança, focando as medidas, incidindo os apoios a espécies de crescimento lento para áreas de proteção e favorecendo a substituição de acordo com a função primordial do espaço florestal, procurando estimular um reequilíbrio territorial e diferenciar favoravelmente as zonas desfavorecidas e de montanha, aumentar a amplitude no acesso aos fundos disponíveis, promovendo a organização e a intervenção em escala pertinente em função dos objetivos de política. Mas temos a noção que é apenas um pequeno passo. A reforma da PAC pode ser a oportunidade para fazer diferente. Mas as opções nacionais serão ainda mais determinantes.

Da gestão à proteção da floresta aos incêndios rurais, entramos num outro domínio, sem esquecer o passado, para retirar lições, mas com olhar no futuro, com sentido de urgência, mas também com sentido estratégico. Aqui, mais uma vez nos reencontramos com a ideia de uma visão integrada das coisas. Seremos capazes de planear de forma inteligente para ter instrumentos exequíveis, podermos definir as prioridades sem tibiezas e concretizar usando de forma concertada os recursos. É por isso que estamos a trabalhar de forma mais coordenada, aplicando uma Diretiva Única de Prevenção e Combate e concentrando essencialmente o esforço nas ações de gestão de combustível, com um plano para a abertura e manutenção das faixas primárias, com o Plano Nacional de Fogo Controlado, o programa “Cabras Sapadoras” e a reformulação do Programa de Sapadores Florestais. Estamos a fazer um forte investimento num programa de sensibilização, particularmente com as Organizações de Produtores Florestais, para mudar comportamentos nos agentes do território face ao risco de incêndio.

Finalmente, a única saída que antevejo do labirinto parte do conhecimento e da inovação. Temos aqui muito que fazer, sendo essencial reforçar o trabalho de investigação nas universidades e nos laboratórios do estado, mas acima de tudo, é preciso criar sistemas locais de inovação. A criação de centros de competência e os grupos operacionais são a base de um relacionamento novo entre produtores e utilizadores de conhecimento. É preciso dar-lhes consistência para uma nova economia colaborativa.

Estamos no limiar de um novo tempo em questões do território. Olhemos para o labirinto que temos pela frente, enfrentando os desafios, com uma visão partilhada, com instrumentos e recursos consolidados, com conhecimento e abertura à inovação.

PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA FLORESTAL EM PORTUGAL

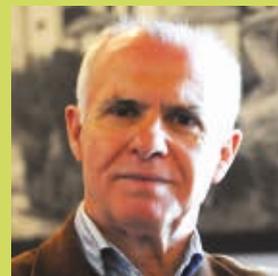
Falar da Floresta é falar não só dos espaços florestais, mas sobretudo, do seu uso múltiplo, das pessoas que deles usufruem e do emprego que este importante setor cria, nomeadamente nos territórios de baixa densidade populacional. A Floresta é uma importante fileira da economia nacional.

Falar da Floresta é, por isso, olhar, pensar, planejar e ordenar um espaço com vida, tendo em conta a sua dimensão social, ambiental e económica. Falar da Floresta é saber que 35,4% do solo de Portugal tem uso florestal e que 32% do território é coberto com mato e pastagens pobres.

Portugal é o país da Europa onde as florestas têm maior peso no PIB [3,2 %], sendo líder Mundial na exportação de cortiça e líder europeu na fileira da pasta de papel, dados que comprovam que as florestas portuguesas são futuro e um futuro com relevante impacto na riqueza do nosso país. É urgente combater a desflorestação e é imperativo assumir a rearborização, implementando um sistema de gestão mais proficiente, apostando no ordenamento, na promoção e na prevenção, mudando assim, o rumo da Floresta em Portugal.

Mas esta mudança efetiva só é viável se investirmos no interior, criando condições para que as pessoas que aqui queiram residir tenham melhor qualidade de vida. É imperioso olhar para o interior com novos olhos, valorizando os serviços prestados pelos diferentes ecossistemas e pela paisagem no seu todo e não somente como territórios de produção agrícola e florestal. Por isso é inadiável o combate à desertificação e ao despovoamento dos meios rurais, com medidas – algumas já em curso – como o "Cadastro e a titularidade da propriedade"; a "Gestão e ordenamento florestal" e a "Defesa da floresta nas vertentes da prevenção e de combate aos incêndios", capazes de reformar o setor e contribuir para a fixação das pessoas e um multifuncional aproveitamento do espaço florestal. Há que aproveitar as possibilidades da agenda digital para atrair para estes espaços do interior, atividades económicas e serviços que antes implicavam investimentos físicos maiores.

A nossa floresta tem passado, tem história, usos, costumes e tradições. Tem também um presente e um futuro auspicioso, se assente na atratividade e na rentabilidade. Por isso, considero importante a simplificação de procedimentos, nomeadamente no que concerne às normas que regulam as Zonas de Intervenção



Joaquim Barreto

Presidente da Comissão
Parlamentar
de Agricultura e Mar

Florestal (ZIFs), permitindo a adesão de novos proprietários e de pessoas com atividade florestal, bem como, uma gestão mais profissionalizada.

A transferência de diretivas (dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal para os Planos Diretores Municipais), envolverá e permitirá certamente, que os Municípios tenham uma maior intervenção em processos de decisão e de gestão do uso do solo. A criação de incentivos e o reconhecimento de boas práticas silvícolas serão igualmente essenciais na produção, na promoção e na valorização da floresta.

É sabido que os planos integrados e sustentados criam equilíbrio entre as espécies utilizadas, promovem o uso múltiplo da Floresta e intensificam o gosto e a atração daqueles que lhe estão mais próximos, nomeadamente os das comunidades rurais, produtores, pastores, caçadores, apicultores, amantes do desporto, da natureza e do lazer, entre outros, que serão sempre os primeiros a agir em defesa dos espaços florestais. O incentivo à floresta autóctone na dimensão ecológica, social e paisagística é também muito importante já que tem mais vantagem para as comunidades e alimenta os ecossistemas tão necessários nas sociedades modernas.

Considero que a Floresta tem que ser vista no seu todo, devendo para o efeito ser adotado, entre outros, um Programa de Fogo Controlado, a implementação da nova lei dos baldios envolvendo todos os agentes nestes territórios, associados à valorização do espaço florestal e ao Programa Nacional para a Coesão Territorial. No meu entender, estas são algumas das medidas de grande alcance que nos permitem afirmar que estamos perante um fulcral debate, com ações práticas, em torno da Floresta e do seu uso múltiplo.

Plantar mais e gerir melhor as áreas florestais, promover uma gestão mais profissional e mobilizar a sociedade para esta causa, é fundamental para que a FLORESTA seja encarada como um desígnio coletivo e tenha cada vez mais um papel central e determinante no panorama sócioeconómico e ambiental de Portugal.



Pedro Soares

Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

UMA DRAMÁTICA E ENIGMÁTICA CONTRADIÇÃO

Devo confessar que constitui uma das mais dramáticas e enigmáticas contradições das últimas décadas, em matéria de políticas florestais, o facto de Portugal ter aprovado na Assembleia da República (por unanimidade!) uma Lei de Bases da Política Florestal há mais de 20 anos (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e genericamente nenhum dos objetivos previstos no diploma ter sido alcançado.

A Lei mandava o Estado promover a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilitasse ganhos de eficiência na sua gestão, através de incentivos fiscais e financeiros ao agrupamento de explorações, ao emparcelamento de propriedades e à desincentivação do seu fracionamento; mandava fixar limites máximos da área florestal na posse de uma única entidade e ampliar o património florestal público, tanto em áreas produtivas para a exploração económico-social como em áreas sensíveis, com vista a privilegiar o fator proteção; mandava promover, em áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões, a constituição de unidades de exploração, designadamente de gestão mista, apoiar o associativismo e a constituição de assembleias de compartes nos baldios.

Tudo isto para garantir uma floresta sustentável, multifuncional e apta à sua utilização social, melhorar os rendimentos dos agricultores, promover a gestão do património florestal pelo ordenamento e pelo associativismo, assegurar o papel insubstituível da floresta em termos ambientais, ecológicos e na preservação dos solos.

Todos compreendemos que na floresta as medidas de política demoram o seu tempo a produzir efeito. O que se torna incompreensível é que, mais de duas décadas passadas sobre a aprovação de uma Lei de Bases considerada importante e competente, não se tenha produzido qualquer efeito no sentido indicado pelo diploma e, pelo contrário, até se tenha regredido. Não valerá a pena abordar a caracterização do lamentável estado a que chegou a nossa floresta, o seu ordenamento e a sua gestão. Já antes dos incêndios devastadores de 2017, mas sobretudo após esses trágicos eventos, os diagnósticos e relatórios entretanto produzidos são exaustivos. Passando os olhos por quase todos, percebemos que há um amplo consenso em torno da constatação de que a floresta foi abandonada à sua sorte pelos poderes públicos.

Estas coisas não acontecem por acaso. A intervenção do Estado teria sido essencial na sequência das transformações ocorridas no mundo rural ao longo da última metade do Século XX. Porém, terão existido poderosos interesses económicos, com capacidade de influenciar de forma determinante as políticas, para que essa intervenção não tivesse ocorrido, não durante meia dúzia de anos, o que já teria sido uma infelicidade, mas durante décadas.

Agora trata-se de avançar o mais rapidamente possível para compensar o atraso e recuperar a floresta. O foco tem de ser colocado no ordenamento florestal e na gestão sustentável. As medidas mais recentes que procuram conter as monoculturas de espécies de elevada inflamabilidade, promover a diversidade e as espécies autóctones, são importantes, mas tem de ser a aprovação dos PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal), e as suas orientações serem assumidas nos PDM (Plano Diretor Municipal), que pode garantir uma adequada orientação estratégica para a floresta, que vincule as entidades públicas e privadas.

Na gestão das explorações e num país onde existem milhões de pequenas parcelas florestais e milhares de pequenos proprietários, a palavra chave é agregação. A legislação mais recente (Lei 111/2017 – alteração ao DL 66/2017) abre esse caminho e constitui um novo patamar em relação às ZIF (Zona de Intervenção Florestal), através de apoios à constituição de entidades ou unidades de gestão florestal que organizam, com formatos flexíveis, a produção e a comercialização, preferencialmente de modo associativo ou cooperativo, conferindo às explorações escala, racionalidade económica e, dessa forma, garantias de que são observados exigentes critérios de ordenamento florestal e de sustentabilidade ambiental.

SERÁ DESTA?

Para aqueles que acompanham com maior atenção a problemática dos grandes incêndios em Portugal e que se lembram do que aconteceu nos verões de 1985, 1991, 1998, 2003, 2005, 2013... Os acontecimentos de 2017 não foram nenhuma surpresa.

A catástrofe estava há muito enunciada, a completa insustentabilidade da paisagem de grande parte do território ficou de tal modo clara, que após os catastróficos incêndios do último verão a questão não poderá voltar a ser negligenciada.

Não basta dizer Basta! Urge encontrar formas de sair desta insustentável situação, que condena 3/4 do território nacional a um ciclo vicioso de desastres anunciados.

Para que seja possível inverter efetivamente este ciclo importa perceber que as políticas nacionais e comunitárias para estes territórios falharam rotundamente. Efetivamente, após tantos Quadros de Apoio Comunitário... O resultado é profundamente desanimador em grande parte dos territórios rurais especialmente na Região Centro, Norte e Algarve.

Os grandes incêndios florestais são a única coisa que cresce nestes territórios, cada vez com menos gente, onde a agricultura e a pastorícia já quase desapareceram.

Nestas áreas assistiu-se a uma enorme expansão das áreas florestais durante grande parte do século XX a que se seguiu naturalmente, o aparecimento dos grandes incêndios florestais, nas décadas mais recentes. Os grandes incêndios, fortemente ligados ao novo tipo de paisagem, que entretanto criámos, apenas geram territórios ainda mais bem preparados para novos e maiores incêndios.

A melhoria contínua dos sistemas de combate foi a solução perseguida pelo País e sempre reforçada após cada nova tragédia. Basta!! Já devia ser para todos evidente que o "combate" não está a resultar. Apesar do reforço contínuo com mais meios e recursos é cada vez mais evidente a total inexistência de resultados.

E assim, chegamos a 2017 o ano com maior área ardida de sempre... 425 000 hectares e a perda de 115 vidas humanas.

Só será possível atenuar efetivamente a situação, procedendo a um reequilíbrio da paisagem, diminuindo as áreas florestais, reduzindo significativamente a quantidade de biomassa, compartimentando os grandes blocos de floresta com áreas de reduzida carga combustível, sendo a forma mais barata de realizar estas mudanças, a reintrodução de algumas atividades agrícolas e da pastorícia.

Resumindo... É necessário "Planear" uma nova paisagem e implementar os projetos com a "Escala" adequada, capazes de promover efetivamente um novo "Ordenamento" do território. No entanto, só teremos sucesso se através de sistemas com uma "Gestão" cuidada for possível atingir a "Sustentabilidade Económica e Ambiental" de todo o processo.

Mas... Estamos em territórios de Minifúndio... Onde reina o abandono e falta gente. A reduzida dimensão da propriedade, como o passado já provou, não é inultrapassável... Mas a falta de gente... A terra pertence hoje, na sua maior parte, a proprietários que nasceram no mundo rural mas já vivem nas cidades. Necessitamos de novas e mais fortes políticas de apoio aos



António Louro

Vice-presidente da Câmara Municipal de Mação

Presidente da Direção do Fórum Florestal – Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa

poucos proprietários que têm condições para aumentar a área de que cuidam, e de novas ferramentas de gestão do território que permitam agregar funcionalmente as pequenas propriedades, dos que já não têm condições para realizar sozinhos o que é necessário.

Necessitamos de ZIFs (Zonas de Intervenção Florestal) bem organizadas e com o apoio estatal adequado, que funcionando numa simples lógica de condomínio permitam a divisão por todos os proprietários, do esforço de planear, executar e manter as infraestruturas de defesa do território.

Necessitamos de EGFs (Entidades de Gestão Florestal) e UGFs (Unidades de Gestão Florestal) para organizar os proprietários à escala que é necessário, e implementar o "Ordenamento" a "Multifuncionalidade" e a "Gestão" com logicas empresariais e associativas.

Necessitamos mais do que nunca de Associações Florestais fortes e bem apetrechadas em termos técnicos e financeiros, para cumprirem bem o seu papel mobilizador dos proprietários.

Necessitamos de novas ferramentas financeiras e de preparar bem as medidas do próximo Quadro de Apoio Comunitário para que finalmente seja possível fazer chegar os recursos necessários a estes territórios. Necessitamos de consciencializar TODOS que sem uma MUDANÇA profunda não vamos conseguir alterar o ciclo vicioso de mais "grandes Incêndios", "desertificação", "pobreza".

Necessitamos que os municípios disponham de ferramentas legais e financeiras adequadas que lhes permitam colaborar de forma efetiva no ordenamento do território rural.

Necessitamos que os municípios, como sempre, respondam aos novos desafios que se lhe colocam e sejam os catalisadores da mudança.

A mudança é um processo quase sempre indesejado, difícil e doloroso... Mas acredito que é possível e que seremos capazes de reconstruir de forma sustentável estes territórios.



Nuno Calado

Secretário-Geral
da UNAC - União
da Floresta Mediterrânica

DESAFIOS DA POLÍTICA FLORESTAL PORTUGUESA

O ano de 2017 ficará para sempre na memória de todos os portugueses como um ano catastrófico para a floresta e para a sociedade portuguesa, com vítimas mortais, destruição de habitações, infraestruturas, empresas e 442.418 hectares de área ardida de espaços florestais.

No entanto, 2017 resulta do agravamento da falta de gestão e de ordenamento florestal, que resultam da dificuldade em rentabilizar o investimento florestal em pequena propriedade, em operacionalizar abordagens de intervenção florestal integradas (processo ainda muito recente), da desertificação, da falta de fiscalização, etc. Não nos podemos esquecer que as perdas resultantes são de cerca de 203 milhões de euros/ano.

Estes problemas foram exponenciados pelo efeito das alterações climáticas, como é evidente no *Balanço Climático Preliminar do Ano 2017* (IPMA):

- ▶ *O ano classifica-se como extremamente quente correspondendo ao 2.º ano mais quente desde 1931, e a temperatura máxima cerca de +2.4 °C superior ao normal, o valor mais alto desde 1931;*
- ▶ *O ano foi extremamente seco (entre os 4 mais secos desde 1931 - todos depois de 2000), sendo o período de abril a dezembro o mais seco dos últimos 87 anos.*

Assim, e tendo em consideração as características duais da floresta portuguesa privada, uma de propriedade de pequena dimensão e dispersa, sem gestão e ordenamento, mas localizada em áreas mais produtivas, outra, de maior dimensão, com gestão ativa, mas localizada em áreas de produtividade mais baixa, ambas sujeitas

aos efeitos do “custo de contexto” climático, coloca-se a questão: que modelo de planeamento e de gestão florestal implementar?

Como ultrapassar o problema do elevado período de recuperação do investimento florestal, em particular para as espécies com menor risco de incêndio, mas com ciclos produtivos muito longos? Como compatibilizar a escolha da espécie florestal num contexto de pequena propriedade que inviabiliza o conceito do mosaico na escala individual, sem condicionar o direito de propriedade, a livre iniciativa económica e as legítimas expectativas de retorno do investimento de um produtor? Como ativar a gestão florestal em contexto de minifúndio? Como promover uma abordagem territorial integrada? Como estimular a gestão e o reinvestimento em sistemas florestais de reduzido valor económico mas de elevado valor ambiental? Como assegurar uma gestão florestal adaptativa profissional e eficiente?

A resposta a estas e outras questões, reside numa política florestal que:

- ▶ Promova uma clara e efetiva abordagem territorial integrada em mosaico através das ZIF, as quais devem ser reconhecidas como o veículo privilegiado de soluções de defesa conjunta e para soluções de gestão agrupada de território;
- ▶ Não exclua espécies florestais como o eucalipto (estamos a proibir a consequência e não a intervir sobre a génese socio económica e territorial), uma vez que esta espécie, asseguradas as essenciais boas práticas de gestão e ordenamento, é também essencial para a revitalização económica dos territórios;
- ▶ Promova a utilização do pinheiro manso e do sobreiro, espécies que possibilitam exploração em sistemas multifuncionais, com receitas anuais ou periódicas/regulares e com características que podem ter um contributo muito relevante para a valorização económica, criação de emprego, redução do risco de incêndio, etc., complementando ou substituindo as produções lenhosas, em função das opções dos gestores;
- ▶ Reforce a fiscalização e monitorização efetiva do território, garantindo a aplicação e eficácia das soluções resultantes dos instrumentos de planeamento e de ordenamento;
- ▶ Promova apoios agroambientais e silvoambientais que dinamizem uma economia multifuncional, que incorporem a compensação dos serviços do ecossistema e viabilizem economicamente sistemas de produção mais frágeis mas com enorme valor ambiental e social;
- ▶ Assegure um modelo de financiamento ajustado e estável que seja garante da sua implementação. Neste sentido, o Estado Português deveria assumir o compromisso de, no médio/longo prazo, definir o Orçamento de Estado como a fonte de financiamento principal para a resposta a muitos destes problemas.

PLANEAR E GERIR BEM A FLORESTA, DEPENDE DA POLÍTICA PÚBLICA



Rosário Alves

Diretora Executiva
da Forestis

O planeamento e a gestão florestal dependem da Política Florestal, alheando-nos de questionar se existe, de facto, uma política florestal nacional. Analisemos a recente Reforma da Floresta, ou, melhor, o pacote legislativo aprovado pela Assembleia da República e Governo, que ganhou novo folego legislativo após os terríveis incêndios de 2017.

Tratando-se de uma Reforma, esperava-se que governo e parlamento tivessem revisitado, avaliado, melhorado ou, até, no limite, substituído a lei fundamental das florestas - a Lei de Bases da Política Florestal (1996) - por outra que interpretasse e desse melhor resposta aos desígnios da floresta portuguesa para os próximos 20 anos.

Isto não foi feito e, portanto, quem planeia e gere continuará a confrontar-se com uma profusão de leis, decretos-lei e normas regulamentares, orientados para respostas imediatistas que respondem aos anseios de uma população urbana desinformada e equivocada relativamente ao papel que a floresta desempenha no território e na atividade socioeconómica do País, mas que sendo mais numerosa acaba por determinar a ação de governos também eles urbanos.

Há um fator positivo na Reforma, o carácter interministerial. Porém, na ausência de um verdadeiro referencial de Política interministerial, que seria uma nova Lei de Bases Reformada, sobressai a insuficiente coerência e coordenação entre iniciativas de cada ministério, como ficou patente na recente e inadequada alteração legislativa sobre gestão de combustíveis e na equívoca informação prestada, aos contribuintes, pela AT, subscrita pelo ICNF.

A Política é a arte de negociação para compatibilizar interesses, e de fazer escolhas, para o desenvolvimento sustentável de um país e dos seus cidadãos.

Em Portugal, fazer política pública para a floresta é mais desafiante do que noutros países, porque os governos que a determinam dependem dos privados e comunidades para a executar (97% da floresta é privada).

Planear e gerir bem requer medidas que integrem as necessidades e objetivos dos milhares de detentores dos espaços florestais que, individual ou coletivamente, podem operar a mudança pelas suas atitudes. Teimar em ignorar isto é agravar os problemas e adiar as soluções.

O Estado ignora os produtores florestais porque, em boa verdade, ainda os desconhece. Há muito pouco conhecimento, em Portugal, sobre os proprietários florestais, as formas como se organizam para gerir as reais necessidades e dificuldades que enfrentam desde o planeamento, gestão e salvaguarda das suas propriedades, à legislação ou à comercialização dos produtos.

Os sucessivos governos têm adotado algumas medidas de apoio ao investimento e gestão, desarticuladas, burocráticas e com in-

suficientes orçamentos; sem assegurarem continuidade e avaliação, fatores essenciais à boa gestão em qualquer atividade.

Resulta daí o desaproveitamento dos PDRs para as Florestas, a sua aplicação desequilibrada no território e o desinteresse dos pequenos e médios proprietários pelos incentivos públicos, decisivos para alavancar o investimento privado.

Os pequenos produtores desejam serviços partilhados de proximidade, a custos internalizáveis no seu modelo de gestão, nomeadamente:

- ▶ Contratos Programa Plurianuais, entre Estado e Associações, para apoio no:
- ▶ Cumprimento da legislação e da fiscalidade
- ▶ Cadastro
- ▶ Licenciamentos de projetos
- ▶ Planos de Gestão e Certificação florestal
- ▶ Comercialização de produtos

O Setor necessita de:

- ▶ PDR 2030 – Setorializado ou Regionalizado
- ▶ Informação setorial (ex. Inventário Florestal à escala NUTIII)
- ▶ Parcelário acessível a todas as Associações florestais
- ▶ Serviços de Aconselhamento Florestal
- ▶ Programa de formação profissional dirigido ao setor
- ▶ Modelo de consumo de biomassa local compatível com as ações de gestão de combustíveis
- ▶ Estudo de avaliação e apoio aos modelos de gestão conjunta (ZIF, Baldios, Sapadores)

Tudo isto deveria ser acautelado no FFP e no Portugal 2030, porque tudo isto é fundamental para o planeamento e gestão florestal.

O Estado continua convencido que legislar é fazer, que é magnânimo e omnipresente e que, por isso, se basta a si próprio para resolver todos os problemas. Sabemos, a evidência mostra-nos, que isto não tem adesão à realidade, e também conseguimos vislumbrar que num futuro próximo poderá estar só e a gastar, cada vez mais, sem sustentabilidade.



Rogério Rodrigues

Presidente do Conselho
Diretivo do ICNF – Instituto
da Conservação da Natureza
e da Florestas

PLANEAMENTO E GESTÃO DA FLORESTA – DIFERENTES PERSPETIVAS

A reflexão sobre os modelos de planeamento e gestão florestal mais adequados para as múltiplas realidades florestais do país é uma tarefa à qual os trágicos incêndios de 2017 vieram conferir ainda maior relevância e prioridade.

Portugal hoje possui um setor florestal de características peculiares a nível internacional, essencialmente privado por razões históricas e sociais, produtor de matérias-primas de elevada qualidade e originalidade – como a cortiça, a resina ou a madeira para pasta celulósica – e caracterizada por uma acentuada diversidade regional. Num contexto europeu, a floresta portuguesa é extremamente diversificada e nela cabem numerosos tipos de habitats, espécies, plantações, modelos de silvicultura, finalidades de exploração.

Dada a natureza privada da quase totalidade da floresta, a função de produção e as relativas ao enquadramento das atividades silvopastoris, cinegéticas e aquícolas estão bastante desenvolvidas, sendo muito beneficiadas por climas e solos que propiciam não só elevadas produtividades lenhosas e pascigosas, mas também o necessário retorno do investimento, fator essencial na gestão privada. Mas, simultaneamente, essas mesmas condições ecológicas mediterrânicas e mediterrâneo-atlânticas impõem a função de proteção e a função de conservação de espécies e habitats, onde pontuam alguns dos mais originais e valiosos ecossistemas europeus, e aliada aos mesmos a riqueza da biodiversidade associada.

Finalmente, com uma sociedade portuguesa cada vez mais terciarizada, a quinta função dos espaços florestais – enquadramento paisagístico e recreio, é cada vez mais valorizada, num país em que o setor do turismo se assume como um dos esteios da economia. Quando se fala em “modelos de planeamento e gestão florestal” fala-se no equilíbrio destas 5 funções principais dos espaços florestais, garantindo a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais e maximizando a sua contribuição para a riqueza nacional e para o bem-estar da sociedade – isto é, construir uma floresta adaptada aos seus detentores e resiliente às mutações ambientais e socioeconómicas.

Naturalmente muitas incertezas se colocam – como continuará a evoluir a sociedade portuguesa no século XXI, e que resposta terá a sociedade para a nossa floresta? Quais as suas necessidades em produtos e serviços florestais? Qual o contexto do futuro mercado internacional de produtos florestais? Que condições ambientais (clima, solos) e que riscos terão as florestas de suportar? Como evoluirão as vastas e sucessivas áreas que são sujeitas a incêndios rurais?

Como referências principais para a nossa reflexão da floresta de futuro temos a Lei de Bases da Política Florestal, aprovada na Assembleia da República por unanimidade em 1996 e que se mantém ainda muito atual face aos atuais desafios da floresta portuguesa, a Estratégia Nacional para as Florestas, de 2006 e atualizada em 2015, com um horizonte de planeamento de 2030, e o Programa do XXI Governo Constitucional, do qual se destaca a reforma em curso do setor florestal, acelerada após os gravosos incêndios e que pretende eliminar vários dos principais constrangimentos que se colocam à sustentabilidade da nossa floresta – e dos quais a falta de gestão ativa e profissional aliada aos riscos agravados pelas alterações climáticas são os mais relevantes.

Mais recentemente, outras medidas de grande alcance operacional foram aprovadas e estão em execução – por exemplo, o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, e para citar aqueles em que o ICNF tem de desempenhar um papel central, o enorme incremento do Programa de Sapadores Florestais, o Plano Nacional de Fogo Controlado, o Programa de Apoio à Silvopastorícia em Áreas de Montanha, ou o Programa de Recuperação para as Matas Litorais. Nesta reflexão avulta igualmente o planeamento regional do uso dos espaços florestais, cujos principais instrumentos, os PROF, estão neste momento em fase final de revisão. Este é o fórum e o momento certo para discutir e consensualizar a concretização regional e local do disposto na Lei de Bases e na Estratégia Nacional para as Florestas, e essa é uma responsabilidade de todos os agentes do setor, sem exceção – desde os proprietários florestais, passando pelas suas organizações representativas, autarquias locais, associações de defesa do ambiente, produtores pecuários, fileiras silvo-industriais, organismos da Administração que tutelam os interesses públicos confluentes com o setor das florestas.

Neste instrumento, local de decisão sobre os modelos de silvicultura que queremos para cada sub-região do país, teremos em consideração não só o perfil dos nossos proprietários e gestores florestais, mas também o que determina a legislação nacional e as condicionantes locais (incluindo o ordenamento do território municipal), e sobre quais as medidas especiais a tomar no ordenamento da paisagem para aumentar a resistência e resiliência das florestas às perturbações que as prejudicam. Para o sucesso da implementação das medidas de política, será determinante a intervenção de organizações fortes e ativas que representem os interesses dos produtores florestais, e o papel cada vez mais importante que os municípios assumem na defesa das pessoas e bens na sua ligação ao mundo rural.

A floresta do futuro constrói-se hoje e, por isso, o ICNF renova o repto da participação de todos os agentes do setor na revisão e na execução dos instrumentos de política, para que a reconstrução da nossa floresta e das paisagens rurais possa contar com o esforço empenhado de todos os Portugueses.



Rui M.V. Cortes

Professor Catedrático
Universidade
de Trás-os-Montes
e Alto Douro

FOGOS FLORESTAIS E FENÓMENOS EROSIVOS: DA ESCALA LOCAL À BACIA HIDROGRÁFICA

Os ecossistemas florestais mediterrânicos estão frequentemente sujeitos ao fogo, fenómeno que faz parte do seu próprio equilíbrio dinâmico natural. Todavia, a gravidade dos incêndios florestais nos últimos anos, particularmente em 2017, impõe, para além de medidas a uma escala local, cada vez mais uma abordagem inovadora ao nível da bacia hidrográfica, no sentido de mitigar com eficiência os efeitos dramáticos em termos de perda de solo. Na verdade, a extensão e frequência dos incêndios florestais e dos processos hidrológicos resultantes, tais como o incremento do escoamento superficial e da erosão, podem assumir efeitos dramáticos e são o resultado da modificação das características físico-químicas do solo, da perda parcial ou total da vegetação (diminuição da evapotranspiração), aspetos estes ampliados pela repelência da água pelas camadas superficiais dos solos florestais (fenómeno da hidrofobicidade).

Como corolário verifica-se uma redução das taxas de infiltração de água e a desagregação de partículas de solo, o qual fica exposto à maior energia cinética das gotas de chuva. Um bom indicador de tais efeitos pode ser determinado pelo incremento dos picos de cheia após os fogos florestais e no aumento do teor em fósforo nos cursos de água drenantes. Na verdade, sendo este elemento relativamente insolúvel, a sua entrada no meio aquático está diretamente ligada aos sedimentos exportados na fase inicial do hidrograma de cheia, pelo que a sua determinação não só fornece uma indicação da perturbação hidrológica numa bacia florestal afetada pelos fogos, como da própria suscetibilidade à erosão e, ainda, da tendência para a eutrofização dos recursos

hídricos, pelo facto do fósforo ser o fator limitante à produção primária. Mas diversos compostos orgânicos de elevada toxicidade e com intenso dinamismo químico, como os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAPs), que estão associados ao aumento da incidência de diversos tipos de cancro, libertam-se igualmente neste processo pós-fogo, sendo formados pela combustão incompleta de material orgânico.

Muito pouco tem sido feito em Portugal na mitigação pós-fogo embora esteja abundantemente comprovado que é necessária uma intervenção rápida, dado que as perdas de solo podem atingir os 60% no 1.º inverno após a ocorrência do incêndio florestal. Como é evidente, a mencionada impermeabilização do solo como resultado do fogo está diretamente associada com o fenómeno erosivo e é proporcional à diminuição da sua capacidade de infiltração. Portanto, é aqui que devemos atuar primordialmente! Todas as técnicas de Engenharia Natural que visam a redução da velocidade do escoamento são importantes neste domínio, desde a conhecida colocação dos troncos ardidos ao longo das curvas de nível, bem como no que diz respeito a potenciar a da infiltração, com a aplicação de materiais específicos



te de forma articulada, através duma rede de Infraestruturas Verdes (IF-V) também referidas como Medidas de Retenção Natural de Água (MRNA). Estes processos aumentam a área das zonas de infiltração de água (contribuindo assim para a recarga das águas subterrâneas), e diminuem, paralelamente, o escoamento superficial e, conseqüentemente, o efeito erosivo derivado da ocorrência de cheias de maior magnitude impostas pelas alterações hidrológicas inerentes à perda do coberto vegetal e ao aumento da impermeabilização das áreas aridas. As IF-V podem ser definidas como uma rede interconectada de espaços verdes (sistemas terrestres) e azuis (sistemas aquáticos) de modo a conservarem as funções e valores dos ecossistemas e fornecerem múltiplos benefícios associados para as populações. As IF-V são, pois, redes estrategicamente planeadas a nível da bacia hidrográfica para proporcionarem benefícios ecológicos, económicos e sociais, através de soluções naturais. A própria Comissão Europeia promove a criação e gestão das IF-V para garantir o fornecimento sustentável de múltiplos serviços de ecossistema, tais como serviços de suporte (formação do solo, produção de oxigénio, reciclagem de nutrientes), serviços de provisionamento (alimentos, água, madeira, recursos genéticos), serviços de regulação (regulação climática, melhoria da qualidade da água e do ar) e serviços culturais (ecoturismo e recreação, estético e inspiração, educacional, herança cultural). Portanto podemos proteger o solo contra a erosão resultante de incêndios florestais e, ao mesmo tempo, criar uma multiplicidade de benefícios, como evidencia o quadro seguinte.

Quadro 1 Benefícios múltiplos de algumas infraestruturas verdes com especial incidência na redução dos impactos da alteração do ciclo hidrológico e perda de solo.

	Banda ripária	Canais vegetados	Bacia de infiltração	Jardim de chuva	Zona húmida
Controle de cheias					
Biodiversidade					
Valor estético					
Adaptabilidade					
Depuração					
Retenção					
Infiltração					
Escoamento					
Filtração					

do tipo das geomalhas e mantas orgânicas, até à utilização de *mulching* (material orgânico triturado como folhas e ramos) e, ainda, hidro-sementeiras extensivas para desenvolvimento de coberto herbáceo antes das primeiras chuvas. Outros processos são igualmente interessantes como a aplicação de poliacrilamidas aniónicas (PAM), um condicionador de solo, que pode permitir a floculação de partículas sólidas e o aumento da sua agregação evitando o seu arrastamento.

Mas estas serão sempre medidas localizadas e de efeitos restritos na proteção do solo. Por isso queremos chamar a atenção para a intervenção a nível de bacia hidrográfica, designadamen-

A escala será sempre a bacia de drenagem e envolve um planeamento adequado, pelo que estas medidas devem ter um carácter preventivo, embora possam igualmente ser adaptadas no pós-fogo. Tal envolve a definição de áreas prioritárias para renaturalização de trechos de rio artificializados, a definição do processo de florestação das encostas com espécies apropriadas, criação de bacias de retenção em função da topografia do terreno, incremento de zonas húmidas, etc., até mesmo o planeamento para a instalação de bacias de retenção das próprias águas da chuva, que podem ser utilizadas para combate aos fogos além de muitas outras utilizações em situação de défice hídrico. Estaremos preparados para adotar estas medidas de largo espectro ou vamos continuar a enveredar por medidas localizadas e de resultados limitados após o fogo?



Helena Freitas

Professora Catedrática
da Universidade de Coimbra
Coordenadora do Centro
de Ecologia Funcional

EM DEFESA DE UMA FLORESTA DIVERSA E RESILIENTE

Um olhar sobre os territórios fustigados pelos incêndios, do interior ao litoral, esgota-se rapidamente na monotonia de paisagens convertidas em imensos eucaliptais e acaciais. Sobre estes territórios pesam agora as ameaças de um quadro climático favorável à recorrência de incêndios de forte intensidade, e crescentes problemas fitossanitários; um quadro geral de degradação morfológica e funcional que se vai impondo num território feito de pequeninos retalhos, cuja propriedade é essencialmente privada, e associada a uma evolução sociodemográfica que favorece o abandono, facultando a desculpa para não se promoverem as escolhas necessárias.

O território enfrenta hoje um conjunto complexo e multidimensional de problemas: da paisagem, da floresta, dos espaços e economias rurais, dos territórios não urbanos e dos próprios territórios urbanos mais decadentes. Uma condição que exige uma reflexão global, ao mesmo tempo que impõe respostas urgentes para a frágil situação do interior rural, e apoios para renovar uma floresta que se regenera com uma composição ainda mais degradada e susceptível ao fogo. Quaisquer soluções implicam conhecimento, e obrigam ao envolvimento das comunidades rurais, as quais, se apoiadas, encontrarão a motivação para converter a atual floresta numa formação diversa e resiliente.

Ao longo dos últimos 30 anos, cerca de 1/3 do território nacional foi atingido por incêndios, sendo que os de maior dimensão estão frequentemente associados a manchas contínuas de matos e incultos, a elevadas cargas de combustível por unidade territorial, e a áreas abandonadas ou sem atividade económica, que represen-

tam mais de 25% do território. As razões para esta calamidade são conhecidas, e percebem-se melhor à luz de uma floresta que é dominada por plantações com fins produtivos, privilegiando uma tipologia de uso desligada das comunidades locais, sem uma função estruturante do ponto de vista ambiental ou social.

Mas o verão de 2017 foi diferente; a violência e a devastação humana que marcaram os incêndios deste ano, impõem uma mudança decisiva, criando a oportunidade para um compromisso pela construção de uma outra floresta, ancorada em novos modelos de silvicultura, preparando a conversão progressiva em paisagens diversificadas, em harmonia com as comunidades, e valorizando os matos e incultos. Esta mudança exige conhecimento e uma orientação técnica dirigida ao ecossistema florestal, respeitando a ecologia do território, e envolvendo uma maior diversidade de espécies.

As medidas propostas pelo governo no contexto da reforma florestal em curso são importantes, mas devem ser complementadas com investimentos estratégicos na valorização ambiental e económica dos territórios, com o apoio direto às comunidades residentes e ao reforço das redes locais colaborativas, com destaque para as



associações de desenvolvimento local e as organizações de produtores florestais. Importa reconhecer que os territórios carecem de recursos técnicos especializados, e são estes que podem fomentar e apoiar as parcerias locais, organizadas em rede, na montagem técnica, institucional e financeira dos projetos e iniciativas. As instituições de ensino superior terão que assumir uma colaboração mais ativa, em particular no desenho e execução das iniciativas de colocação no terreno de equipas multidisciplinares para apoio às populações, gestão do solo e da paisagem, floresta e agricultura. Por outro lado, e ainda no curto prazo, é imperioso desenvolver um programa pedagógico para a promoção de boas práticas no território, em particular para a prevenção dos riscos junto das comunidades e dos agricultores, apoiar medidas de conservação dos solos, programar ações de monitorização e prevenção de espécies invasoras, e planear a reflorestação com recurso a incentivos à constituição de pequenos viveiros locais e regionais para produção de espécies autóctones. É igualmente relevante monitorizar as florestas de produção, garantindo a delimitação da reflorestação do eucaliptal, e um controlo efetivo sobre a mancha de pinheiro-bravo,

por forma a evitar a instalação de manchas contínuas da espécie, ou a substituição de pinhal por eucaliptal numa lógica de compensação.

É essencial garantir o apoio técnico e científico aos proprietários que expressem intenção de reflorestar com espécies autóctones, o que pode ser planeado no âmbito de contratos-programa definidos com as associações florestais ou com o apoio de estruturas locais constituídas para esse fim. Os viveiros regionais devem reforçar a sua capacidade para a propagação de linhagens locais ou regionais de espécies autóctones como as quercíneas, castanheiros, salgueiros, choupos ou freixos. É também importante promover outras espécies lenhosas mediterrânicas, como o medronheiro, a alfarrobeira, as urzes, entre outras, espécies que revelam tolerância à seca, resiliência e capacidade regenerativa.

Como nota conclusiva, destaco a necessidade de se pensar o território e a nova floresta num quadro de políticas públicas de longo prazo, vinculando as entidades responsáveis à dimensão dos compromissos que a situação reclama, e assumindo uma intervenção programática, consistente, apoiada numa visão comum para os próximos 20, 30 ou 50 anos! Esta agenda exige uma aposta firme e duradoura em programas de monitorização e prevenção dos riscos, na valorização ecológica do território, no restauro da paisagem para a edificação progressiva de uma floresta diversa e resiliente, na criação e aproveitamento das novas oportunidades associadas a esta renovação, na preparação técnica dos novos mercados e das fileiras económicas emergentes, contando com um envolvimento efetivo das comunidades. O país deve apostar no desenvolvimento integrado do território, e assumir um compromisso inequívoco pela educação e pela ciência, pilares estruturantes da coesão e de uma prosperidade sustentável.

OITO SOLUÇÕES PARA A ADAPTAÇÃO DA FLORESTA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A adaptação às alterações climáticas consiste em ajustarmos as componentes ecológica, social e económica de um sistema para responder aos efeitos das alterações no clima. Estes ajustes podem ser feitos de forma planeada ou autónoma. A natureza, e os ecossistemas florestais em particular, vão continuar a adaptar-se ao clima tal como têm feito há milénios, o que constitui a sua adaptação autónoma (Regato, IUCN Centre for Mediterranean Cooperation, e Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2008). Porém, os cenários de aumento do efeito de estufa global que temos como mais prováveis (R.C.P. 4.5, 6.0 e 8.5), gerarão alterações climáticas muito bruscas, que não são compatíveis com esta lenta adaptação e que originarão problemas graves tanto para os ecossistemas como para nós, humanos, que dependemos inteiramente deles para a nossa sobrevivência e qualidade de vida. As alterações no clima estão já no terreno a criar impactos e vão aumentar no futuro, o que significa que temos de nos começar a adaptar já, com uma visão e um plano para o curto, médio e longo prazo.



André Vizinho

Investigador no CE3C -
Faculdade de Ciências da
Universidade de Lisboa

1. PLANEAMENTO ADEQUADO

A primeira solução para conseguirmos uma boa adaptação das florestas às alterações climáticas é um bom planeamento. Para tal é necessário ter em conta que temos diferentes zonas climáticas em Portugal e também que, no futuro, as alterações climáticas poderão gerar efeitos diferentes, ou seja, num local a precipitação pode diminuir e noutra aumentar (para mais informação ver Portaldoclima.pt). Como tal, as diversas medidas de adaptação devem ser adequadas a cada local, orografia, solos, ecossistema, tipo de exploração, etc. Antes de escolher as medidas de adaptação, devemos primeiro criar uma visão de futuro e tomar as grandes opções, definindo uma estratégia onde as ações concretas ao nível da propriedade ou das políticas públicas façam sentido. Este planeamento pode ser feito de forma participativa à escala da propriedade, da ZIF, da UGP, do Município, da Comunidade Intermunicipal ou da Região ou mesmo do sector. Um bom planeamento da adaptação pode e deve servir, desde logo, para conseguir tornar produtivo e rentável o investimento na adaptação, tornado assim a adaptação numa mais-valia.

2. MITIGAÇÃO

Mitigar continua a ser essencial pois se o mundo ultrapassar os 4°C de aquecimento global (cenário RCP8.5) todo o equilíbrio do sistema terrestre do nosso período interglaciar está em risco. Um investimento na mitigação significativo à escala global irá diminuir os impactos das alterações climáticas o que nos tornará menos vulneráveis. Em Portugal e no sector das florestas mitigar significa essencialmente prevenir os incêndios, pois incêndios como os de 2017 podem chegar a 10-15% das emissões de anuais de todo o país. Paralelamente, a mitigação pode ser feita com a florestação, o aumento da matéria orgânica no solo, com pastagens permanentes, com a criação de gado de forma extensiva em vez de intensiva e sem recurso a rações importadas, utilizando energias renováveis e utilizando fertilizantes locais.

3. MICROCLIMAS

Há microclimas a várias escalas e eles podem favorecer de forma muito significativa a ocorrência e produtividade das plantas. Árvores que necessitam de 1000mm de chuva por ano, como o Freixo, crescem em perfeitas condições em zonas com 500 mm anuais desde que estejam perto de uma linha de água. No Baixo Alentejo, a regeneração da azinheira nas zonas úmidas, ou seja, nas zonas de sombra situadas nos declives de encostas viradas a noroeste, é superior de 40 a 67% face às zonas a sul (Príncipe et al. 2014). Em zonas em que as árvores estão perto dos limites do seu envelope climático, plantar as árvores à sombra, nomeadamente de matos pode aumentar a taxa de sucesso em 50% (Smit, den Ouden, e Díaz 2007). Outra medida ainda, consiste em aumentar a densidade das árvores, pois a sombra de uma árvore diminui a temperatura de 2°C a 5°C, duplicando a taxa de regeneração das árvores (Raeissi e Taheri 1999; Pulido e Díaz 2005).

4. ESPÉCIES ADAPTADAS

Uma das soluções mais eficazes é usar espécies que resistam melhor às alterações climáticas, ou seja, que estejam elas próprias adaptadas às condições climáticas que pensamos virem a ocorrer no futuro. Esta medida pode significar mudar as espécies a plantar em função do clima futuro ou pode significar fazer a seleção e melhoramento das espécies. Outras formas complementares passam por usar porta-enxertos de espécies mais rústicas ou, por exemplo, utilizar espécies menos combustíveis e mais resistentes ao fogo, para diminuir o risco de desastre face ao maior risco de incêndio.

5. DIVERSIDADE

Um ecossistema e uma exploração florestal diversificada é mais resiliente e menos vulnerável pois em caso de seca ou onda de frio ou de calor, a perdas na floração e produção de fruto apenas afetarão uma das espécies, culturas ou variedade florestais. A diversidade pode ir mais longe como solução se a exploração combinar espécies que são produtivas no curto prazo (ex. medronho), no médio (ex. pinheiro manso) e no longo (sobreiro, azinheira). Sabemos também que um ecossistema florestal diversificado apresenta uma temperatura menor, o que o torna mais resiliente face à subida da temperatura média. Por outro lado, a existência de diversidade genética e funcional dá às próprias espécies e ao ecossistema as ferramentas para se adaptarem naturalmente. A diversidade é também essencial para a regulação das pragas, que podem aumentar face às alterações nos equilíbrios do ecossistema. Um bom exemplo é a aplicação de composto de estrume para a eliminação da praga do sobreiro, a *Pythophthora Cinnamomi*. A aplicação deste composto elimina 39%-76% da *P. Cinnamomi* devido à existência de uma diversidade de micro-organismos no composto que se autorregulam eliminando em grande parte a *P. Cinnamomi* (Aryantha e Guest 2006).

6. ÁGUA

Aumentar a capacidade de armazenamento de água no solo para compensar a diminuição da precipitação, a sua concentração em chuvadas mais fortes e o aumento da temperatura, evaporação e evapotranspiração. Esta ação pode ser feita através de técnicas como as valas e cômoros, as meias luas, o keyline, os socalcos, os marouços, as barreiras, as charcas, as barragens, os lagos, a mobilização de conservação, o mulch. A aplicação de mulch de 5 cm de palha ou pedras retém 38% e 81% da água da chuva no solo, respetivamente podendo aumentar o crescimento das árvores até 67%.

7. PROTEÇÃO

Proteger a exploração e as culturas contra os desastres, impactes e destruição causada pelas alterações climáticas é essencial e deve começar pela proteção contra o fogo. A limpeza do combustível do sobcoberto não deve entrar em conflito com as medidas acima devendo ser evitada a grade de discos utilizado para tal o pastoreio combinado com destroçador ou corta-matos. No sobreiro, por exemplo, as raízes pastadeiras vão até 3 vezes o diâmetro da copa e nos primeiros 20 cm de solo estão cerca de 40% das raízes. A árvore tem memória dos cortes das raízes nunca mais enviando raízes na mesma direção, razão pela qual não se deve utilizar a grade de discos (Dinis 2014).

8. CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO

Como sabemos muitas das medidas acima são conhecidas, mas não são aplicadas devido a vários obstáculos como a falta de financiamento, a falta de viabilidade económica, a falta de conhecimento, a falta de pessoas ou empresas a prestar o serviço, a falta de autorização, a falta de motivação, de tempo, etc. Aumentar a Capacidade de Adaptação significa procurar resolver estes desafios e promover a capacidade de atuação, o que implica procurar soluções em muitos casos inovar.

A aplicação de todas estas medidas é bastante diferente consoante estivermos a pensar em monoculturas de produção, em florestas mistas ou em sistemas agro-silvo-pastoris, no norte ou no sul, no vale ou na montanha. Sabemos que os proprietários procuram a viabilidade económica das suas explorações e sabemos que a floresta presta serviços de ecossistema, naturais, ecológicos, culturais e patrimoniais que não podem estar reféns apenas de uma perspetiva financeira de um único interessado. O equilíbrio entre uma paisagem planeada e uma paisagem ao serviço do mercado é, portanto, o equilíbrio que se procura num mundo, numa Europa e num país que se desenvolve ao ritmo dos mercados e da inovação tecnológica mas também ao ritmo da inovação nas instituições e nas formas como a governação integrada vai conseguindo responder aos novos desafios do presente e do futuro.

Planear a adaptação das Florestas Portuguesas às Alterações Climáticas, é assim também um exercício de inovação, em que juntos, sem preconceitos e respeitando o património e a identidade do território, podemos aproveitar a oportunidade de pensar o futuro hoje, para construir a sustentabilidade, a identidade e a qualidade de vida dos Portugueses de amanhã.

Aryantha, I Nyoman, e David Guest. 2006. *Mycoparasitic and Antagonistic Inhibition on Phytophthora cinnamomi Rands by Microbial Agents Isolated from Manure Composts*. Plant Pathology Journal 5 (março). <https://doi.org/10.3923/ppj.2006.291.298>.

Chalker-Scott, Linda. 2007. *Impact of mulches on landscape plants and the environment-a review*. Journal of Environmental Horticulture 25 (4): 239.

Corey, Arthur Thomas, e William Doral Kemper. 1968. *Conservation of soil water by gravel mulches*. Hydrology papers [Colorado State University]; no. 30. https://dspace.library.colostate.edu/bitstream/handle/10217/61310/HydrologyPapers_n30.pdf?sequence=1.

Dinis, Cati Oliveira. 2014. *Cork oak (Quercus suber L.) root system: a structural-functional 3D approach*. PhD Thesis, Universidade de Evora (Portugal).

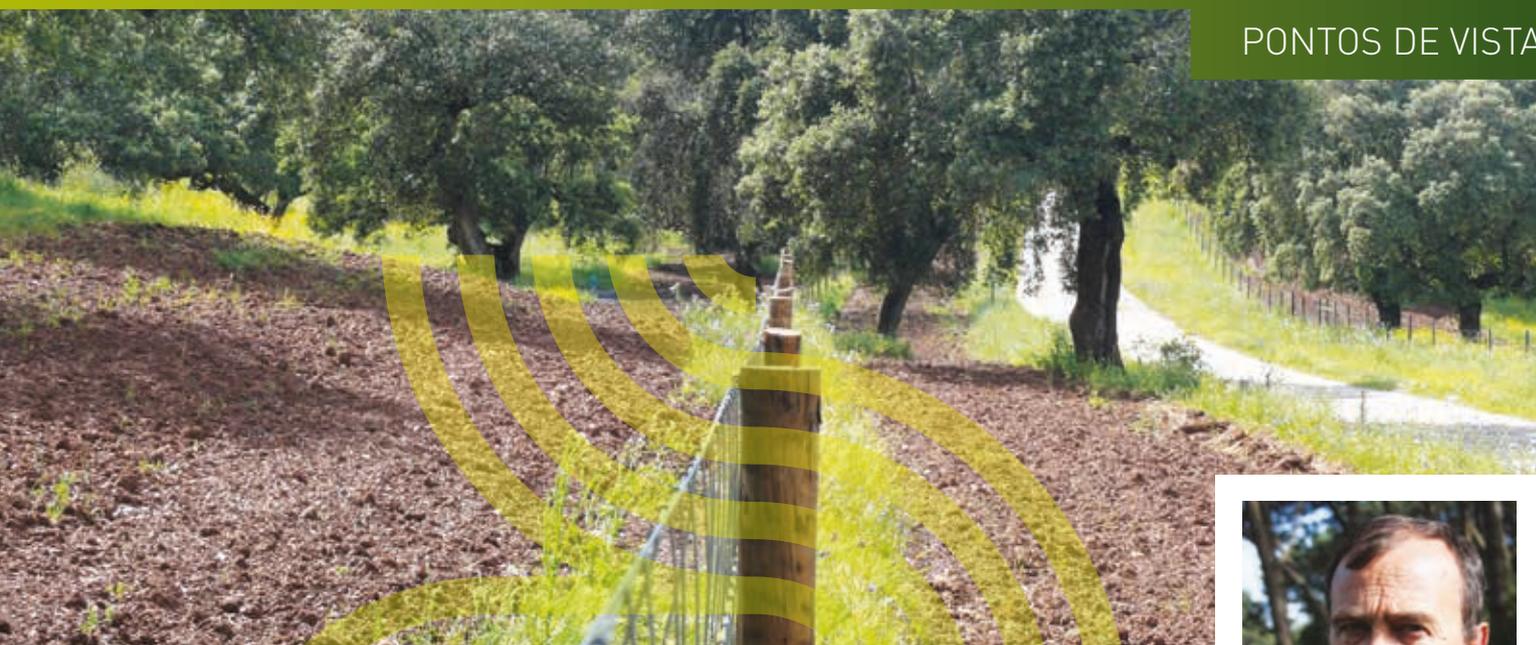
Príncipe, Adriana, Alice Nunes, Pedro Pinho, Lúcio do Rosário, Otilia Correia, e Cristina Branquinho. 2014. *Modeling the Long-Term Natural Regeneration Potential of Woodlands in Semi-Arid Regions to Guide Restoration Efforts*. European Journal of Forest Research, fevereiro. <https://doi.org/10.1007/s10342-014-0787-5>.

Pulido, Fernando J., e Mario Díaz. 2005. *Regeneration of a Mediterranean oak: A whole-cycle approach*. Ecoscience 12 (1): 92-102. <https://doi.org/10.2980/11195-6860-12-1-92.1>.

Raeissi, S., e M. Taheri. 1999. *Energy Saving by Proper Tree Plantation*. Building and Environment 34 (5): 565-70. [https://doi.org/10.1016/S0360-1323\(98\)00046-8](https://doi.org/10.1016/S0360-1323(98)00046-8).

Regato, Pedro, IUCN Centre for Mediterranean Cooperation, e Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2008. *Adapting to global change: Mediterranean forests*. Malaga, Spain: IUCN Centre for Mediterranean Cooperation.

Smit, Christian, Jan den Ouden, e Mario Díaz. 2007. *Facilitation of Quercus ilex recruitment by shrubs in Mediterranean open woodlands*. Journal of Vegetation Science 19 (2): 193-200. <https://doi.org/10.3170/2007-8-18352>.



António Salgueiro

GiFF, Gestão Integrada
e Fomento Florestal

DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS OU PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS RURAIS?

O combate aos incêndios florestais em Portugal têm como base de organização e atuação os princípios definidos no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI). Apesar desta designação, que pressupõe (em termos de compreensão) uma atuação orientada para a defesa das estruturas e espaços florestais, uma proporção importante das intervenções de prevenção estrutural regulamentares destinam-se à defesa de pessoas e do património construído. Destacam-se com este objetivo as intervenções realizadas no âmbito da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, destinadas à proteção de pessoas e de infraestruturas, que se desenvolvem ao longo de redes de transporte (viário e ferroviário), das linhas de transporte de energia (elétrica e gás) e na envolvente de património construído de vária ordem: aglomerados, edificações, zonas industriais, áreas de lazer e de recreio, etc. Por outro lado, a responsabilidade da supressão está fundamentalmente atribuída a serviços de proteção civil, cujas prioridades são, como terão que ser, a defesa de pessoas e de bens (na perspetiva de bens construídos), remetendo-se efetivamente o combate aos incêndios florestais para segundo plano, sempre que exista necessidade de proteção da vida humana e do património construído.

A pretensa vocação mista que se pretende com este sistema não permite, nas situações como as que ocorreram em junho e outubro de 2017 em Portugal, contribuir eficazmente para a supressão de incêndios, nem assegurar devidamente a proteção pretendida

das pessoas e infraestruturas, confundindo-se proteção e socorro. Se a proteção de pessoas e de bens construídos são prioritárias, na origem o que os põe em risco é a propagação dos incêndios florestais, sendo que quando estes são descurados para priorizar a proteção dos primeiros, aumentamos exponencialmente as probabilidades da sua afetação. Por outro lado, a pretensão de que as estruturas e organizações são capazes, simultaneamente, com os mesmos conhecimentos e a mesma eficácia, de resolver os incêndios florestais e de proteger as pessoas e os bens, pressupõe que ambas terão as mesmas características, quando na realidade têm especificidades e formas de atuação bastantes diferentes, exigindo organização, especialização e intervenções dedicadas.

Estas especificidades assumem especial relevância em situações como as ocorridas em 2017 em Portugal, com a ocorrência de vários incêndios em situações meteorológicas particulares e em paisagens rurais desestruturadas (ou de qualquer forma não preparadas para estes eventos), a darem origem a incêndios de grandes dimensões com comportamento complexo e extremo – mega incêndios – que ultrapassam rapidamente (no tempo e no espaço) a capacidade de extinção, ao mesmo tempo que afetam um elevado número de pessoas e de infraestruturas em meios urbanos (e não

apenas periurbanos) e industriais, a um ritmo e com uma intensidade a que não estamos habituados e para as quais não estamos preparados (pessoas, combatentes ou territórios).

Trata-se de uma duríssima realidade que, segundo as previsões de alterações climáticas, tenderá a repetir-se e a aumentar de frequência, fazendo cada vez mais sentido adotarmos medidas específicas (interdependentes mas autónomas) de organização dedicada, tal como proposto no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), pela Comissão Técnica Independente que analisou os incêndios de Pedrogão Grande (CTI PG): gestão de fogos rurais (GFR, que não será aqui abordada); proteção - de pessoas e de bens - contra incêndios rurais (PCIR).

A Proteção Contra Incêndios Rurais deverá integrar formas de atuação a vários níveis, mas com ligação e interdependência entre elas. Numa perspetiva agrária, poder-se-á estabelecer um paralelo com a Lei do Mínimo de Liebig, já que a deficiência numa das componentes do sistema limitará o funcionamento do conjunto e do objetivo, que aqui será a proteção da vida humana e dos bens. Neste sentido, deverão ser trabalhados os seguintes aspetos:

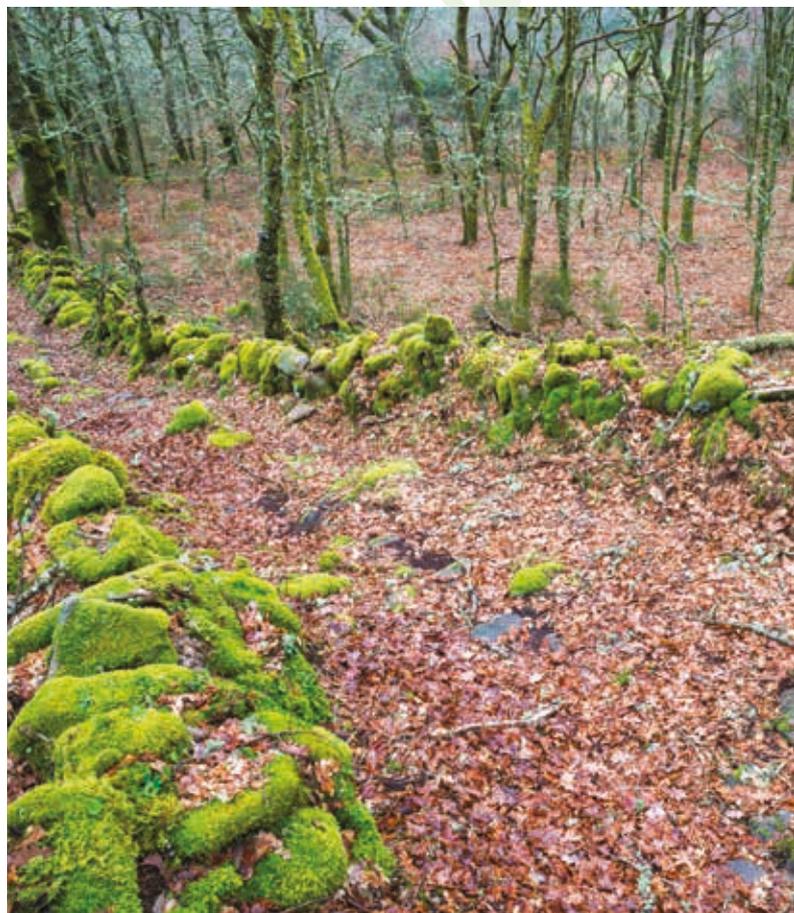
- ▶ Preparação das pessoas e das povoações, e a sua organização para a autoproteção;
- ▶ Conhecimento das causas associadas a comportamentos de risco quanto ao uso do fogo em períodos críticos e sua eliminação;
- ▶ Adequação das infraestruturas construídas, com particular relevância para a eliminação de situações de risco no interior dos perímetros a proteger (e portanto fora dos espaços florestais ou de interface);
- ▶ Preparação dos territórios de interface urbano florestal/rural com dimensionamento ajustado ao comportamento esperado do fogo;
- ▶ Comunicação em tempo útil de instruções às populações, relativamente a comportamentos de risco e a atitudes de proteção;
- ▶ Preparação, organização e implementação de ações dedicadas e especializadas de supressão de incêndios de interface e de ações de socorro às populações.

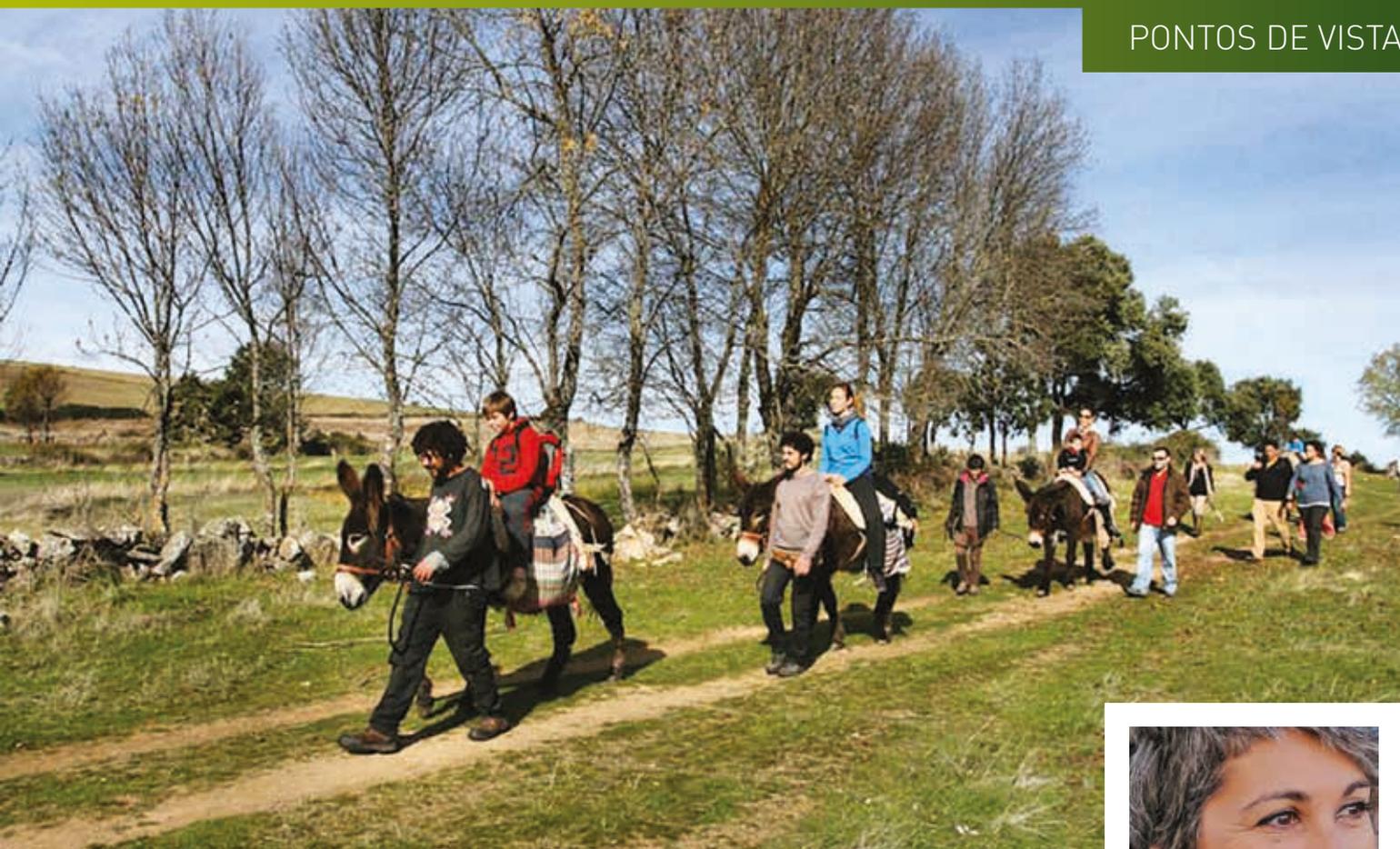
Neste texto, a única das componentes abordadas é a adequação das zonas de interface [Defesa de Aglomerados Contra Incêndios Rurais / Zonas de Proteção às Aldeias, CTI PG], através da manutenção de áreas com reduzida carga e continuidade de combustíveis. Este objetivo deve ser desenvolvido e implementado com base em estratégias e princípios de eficiência, sustentabilidade e subsidiariedade. Interesses públicos de proteção civil devem sobrepor-se obrigatoriamente a interesses (e sobretudo a desinteresses) públicos ou privados. Utilizações produtivas e promotoras de desenvolvimento rural, implementadas de preferência pelas populações residentes, deverão ser sempre preferíveis a meras intervenções de gestão de combustíveis, não produtivas e frequentemente implementadas por agentes externos. Deverá ser tida em consideração a capacidade das populações locais, o potencial

edafoclimático dessas áreas, a efetiva alteração provocada no comportamento do fogo e as expectativas de equilíbrio financeiro (direto ou indireto) das intervenções.

O apoio a iniciativas deste tipo será sempre largamente compensador, em termos financeiros, sociais, culturais e de segurança, quando comparadas com as intervenções clássicas de gestão de combustíveis, em substituição das populações residentes, ou de socorro e recuperação. Neste contexto, reveste-se da maior importância o apoio à criação de "redes rurais" efetivas, de apoio à decisão, instalação, preparação e comercialização de produtos, que permitam a mobilização dos diferentes atores em diferentes escalas e a revitalização destes territórios rurais. Deverão ser criadas medidas na Política Agrícola Comum para o apoio a iniciativas, de agricultura familiar ou de grupo, que permitam a utilização e a minimização do risco de incêndio nestes territórios, e que compensem a possível falta de capacidade financeira de alguns dos intervenientes ou o potencial de retorno de algumas das culturas a implementar nestes locais. Estes apoios deverão privilegiar os resultados e a manutenção das condições de baixo risco ao longo dos anos, em detrimento da forma e da intenção. Deveria ser criado um programa específico de prémios à manutenção de zonas de interface urbano florestal, com baixo risco de incêndio através de atividades produtivas.

Esperemos, antes de mais e acima de tudo, que as situações catastróficas associadas aos incêndios florestais ocorridos em 2017, cujas consequências foram fatídicas para muitos e irão perdurar para tantos até ao final da sua vida, não permitam, com o passar do tempo, a subversão do essencial em detrimento do acessório e de interesses secundários.





Marta Cortegano

Presidente da Direção da
Associação de Empresários
do Vale do Guadiana

O USO MÚLTIPLO DA FLORESTA E AS NOVAS CADEIAS DE VALOR

A floresta de uso múltiplo ou floresta multifuncional é definida como uma floresta que permite a exploração de diversos bens e serviços, onde se incluem os produtos lenhosos, os produtos florestais não lenhosos e o recreio, mas também os serviços de ecossistema como a manutenção da biodiversidade, o sequestro de carbono, a regularização do ciclo da água, entre outros. Abrange, como tal, bens e serviços privados e públicos, alguns correntemente valorizados, mas também outros, cuja valoração económica não é diretamente tangível e, como tal, difíceis de valorizar economicamente.

Na Cimeira da Terra de 1992, foram consensualizados Princípios para a Gestão Florestal Sustentável, incluindo que: “as florestas e os recursos florestais devem ser geridos de forma a atender às necessidades sociais, ecológicas, económicas, culturais e espirituais das gerações atuais e futuras”¹. Teoricamente, a maioria dos ecossistemas florestais, se geridos segundo este princípio, permitiriam o usufruto múltiplo dos bens e serviços atrás referidos. Na prática, contudo, as opções de gestão florestal (ou a sua ausência) poderão tendencialmente encaminhar ou limitar, os bens e serviços que realmente são usufruíveis, favorecendo aqueles que têm um valor de mercado direto e de curto prazo. Nesse sentido, a gestão florestal, poderá tentadoramente direcionar-se exclusivamente para a

maximização da produção economicamente mais rentável, no sentido da especialização do ecossistema. Mas a opção por uma especialização pode revelar-se, mesmo do ponto de vista económico, como uma armadilha. Fenómenos como as alterações climáticas e as suas consequências (modificação na adaptação das espécies à estação ou o aumento de risco de incêndio), evidenciam a necessidade de alterar esta lógica de gestão e, ao invés, apostar numa gestão que favoreça uma autêntica multifuncionalidade da floresta, não só do ponto de vista teórico ou potencial, mas do ponto de vista real e prático, compatibilizando usos e multiplicando proveitos.

Por toda a Europa, mas também em Portugal, assiste-se à valorização de novos ou “reinventados” bens e serviços da floresta. Alguns destes, advêm da aposta no conhecimento e inovação e na exploração de novos produtos ou de novas funcionalidades de bens e serviços da floresta. Noutros casos, são adaptados conhecimentos tradicionais e/ou exploradas novas tendências de mercado, a



partir da introdução de inovação, seja esta de produto, de processo ou organizacional. Da consolidação destas experiências, surgem ou renascem iniciativas que importa observar, pois estas, apoiadas por projetos de desenvolvimento e pela investigação, revelam ter algum impacto e dinâmica no desenvolvimento dos territórios rurais. É o caso dos frutos silvestres (especificado em baixo, para o medronho), das plantas aromáticas e medicinais, que permitem conciliar a gestão de combustíveis com o desenvolvimento de produtos de alto valor acrescentado (óleos essenciais, cosmética, utilização de extratos na medicina e farmácia) ou ainda dos cogumelos (pela organização da colheita e comercialização, micorrização de espécies florestais com fungos comestíveis ou micoturismo). Por outro lado, há setores tradicionais que, poderiam contribuir mais eficazmente para a multifuncionalidade dos ecossistemas, como a resina (setor com potencial para gerar empregos e mais valias) e a apicultura, através da diversificação dos produtos apícolas, como o pólen ou o propolis, produtos de elevada procura em mercados de exportação, nomeadamente no setor do biológico, ou ainda pela prestação de serviços associados, como a criação de rainhas ou os serviços de polinização. Também os recursos faunísticos, contribuem favorável, mas ainda discretamente, para a valorização da floresta, seja através do birdwatching, da pesca em águas interiores, ou ainda da caça, setor cujo valor económico

anual foi estimado em cerca de 330 milhões de euros (Paiva et al, 2017), mas cujo valor poderia aumentar através da produção de mais-valias na comercialização e transformação da carne.

Atentos a este fenómeno, em novembro de 2016, foi desenvolvido pela parceria europeia EIP-Agri, em Viena, um workshop subordinado ao tema "Novas cadeias de valor de florestas multifuncionais"². O workshop focou-se na disponibilidade e potencial de mercado dos novos produtos ou serviços, mas também na organização das cadeias de valor envolvidas e na relação entre os diferentes intervenientes, aspeto crítico e nem sempre facilmente resolúvel. Os novos produtos/serviços apresentados foram divididos pelas categorias: alimentares, não-alimentares, produtos agroflorestais e serviços de recreio e lazer e incluíram iniciativas tão diversas como o pagamento de licenças para a apanha recreativa e comercial de cogumelos na Catalunha, a produção de conservas gourmet a partir da carne de caça e de peixe de rio em Zagreb, o aproveitamento da resina nos pinhais do Centro e Norte de Portugal ou ainda o caso de sistemas agroflorestais no Reino Unido, que cruzam a produção de madeira em curta rotação, ou de pomares, com a produção de ovos e frangos.

Voltando a Portugal, um exemplo de nova cadeia de valor com potencial, será o medronho. Adaptado ao clima mediterrânico e com a vantagem de recuperar facilmente após um incêndio, o fruto é colhido e apro-

veitado para a produção de aguardente. Sabe-se que em 2016, foram registadas no IFAP, 308 candidaturas no RPU, associadas ao medronho, cobrindo uma área de 1.324,5ha³. Contudo, desconhece-se quer a real situação da exploração deste recurso, quer o potencial existente, uma vez que a maioria da apanha decorre em locais onde a espécie se encontra no sub-coberto. Por outro lado, é expectável que, com as novas plantações em sistema florestal ou de pomar, a produção aumente exponencialmente. O medronho surge valorizado, quer na tradicional aguardente, pela melhoria da qualidade da mesma e pelo cuidado no marketing do produto, quer na produção para consumo como fruto fresco, quer ainda em produtos inovadores, como patés de fruta, gelificados, bombons de chocolate com medronho, em confitados, entre outros (Dias e Cabrita, 2017). Para o crescimento deste setor, é agora fundamental apoiar a organização e promoção da fileira, sugerindo-se, por exemplo, a sua divulgação e promoção enquanto potencial superfruto.

Mas como apoiar estas novas cadeias de valor e incentivar a multifuncionalidade das florestas, num sentido mais lato? Importa encontrar estratégias que permitam não só a valorização dos novos produtos, mas, principalmente, a capacitação e organização de todos os intervenientes, incluindo a gestão de possíveis conflitos entre usos e intervenientes. Desta forma, as novas cadeias de valor poderão constituir pontos de partida para novas formas de olhar o território e de gerir os ecossistemas florestais, tornando-os mais diversos, mais multifuncionais e, porventura, mais adaptados e resilientes.

1. <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>

2. https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/agri-eip/files/field_event_attachments/20161110-11_ws_forestry_vienna_posters.pdf

3. http://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/GruposTrabalho/NOVAS_FILEIRAS_PRODUTIVAS_PF_ALT2016.pdf

Dias, J. e Cabrita, S., 2017. Produtos Transformados do Medronho. Em: Silva Lusitana, *Cadernos Técnicos*, N.º2, INIAV, 76
Paiva, R. (coord.); Coelho, I.S.; Reis, P., 2017. Valor económico da caça em Portugal. Em: Silva Lusitana, *Cadernos Técnicos*, N.º1, INIAV, 41p



GERAÇÃO_Z@BALDIOS #FLORESTASCOMUNITÁRIASNAEUROPA

À primeira vista, *smartphones* e baldios não combina. Parecem afastados por milhares de anos. E estão. No entanto, este encontro improvável aconteceu no verão passado no projeto europeu COMUNIX – Participação Ativa de Jovens na Governação de Áreas Comunitárias, no âmbito do Erasmus + Juventude em Ação¹.

A geração Z é um termo sociológico para descrever os nascidos na era digital. É uma geração essencialmente urbana, afastada do trabalho braçal e treinada para responder rapidamente às oportunidades que surgem. Vive na precariedade e procura sobreviver diariamente a partir de bicos e biscates, tentando montar a vida em ambientes onde a coerência é impossível. A geração Z, mais ou menos amparada pelos pais, busca recursos, tal como cem anos antes os ratinhos Beirões e galegos buscavam as migalhas do trabalho sazonal de empreitada em troca de salários baixos.

A geração Z que busca alternativas e que hoje se estende às vilas, aldeias e lugares, literalmente não sabe o chão que pisa. Não sabe, porque essa memória foi apagada, que cerca de meio milhão de hectares de terras em Portugal são baldios, de uso comum protegidas pela constituição e pela lei. Mas há outras coisas que não sabe. Desconhece que muitas destas terras estão indevidamente ocupadas por poderes locais, serviços desconcentrados e indústrias extractivistas. Desconhece ainda, por ser jovem, que não sabe nada sobre as dificuldades e frustrações quotidianas do seu governo, da difícil gestão de conflitos que tudo pode deixar a perder num segundo. E o pior de tudo, é que sem ela estamos perdidos. A geração Z é o espelho da nossa alma. Como é que se pode governar os bens comuns para as gerações vindouras se estas os ignoram, se não compartilham da memória, se não integram estas lutas? Entre a geração Z - liberal progressista, de elevada consciência ecológica, que prefere ter experiências do que ter posse - e a geração silenciosa - que guarda a memória da fome e da guerra e a importância de ter terra - vai um abismo. Uma escola de verão de um projeto europeu não chega para tudo isto, por mais longa que seja. Que geração poderá ser educada no rural do século XXI

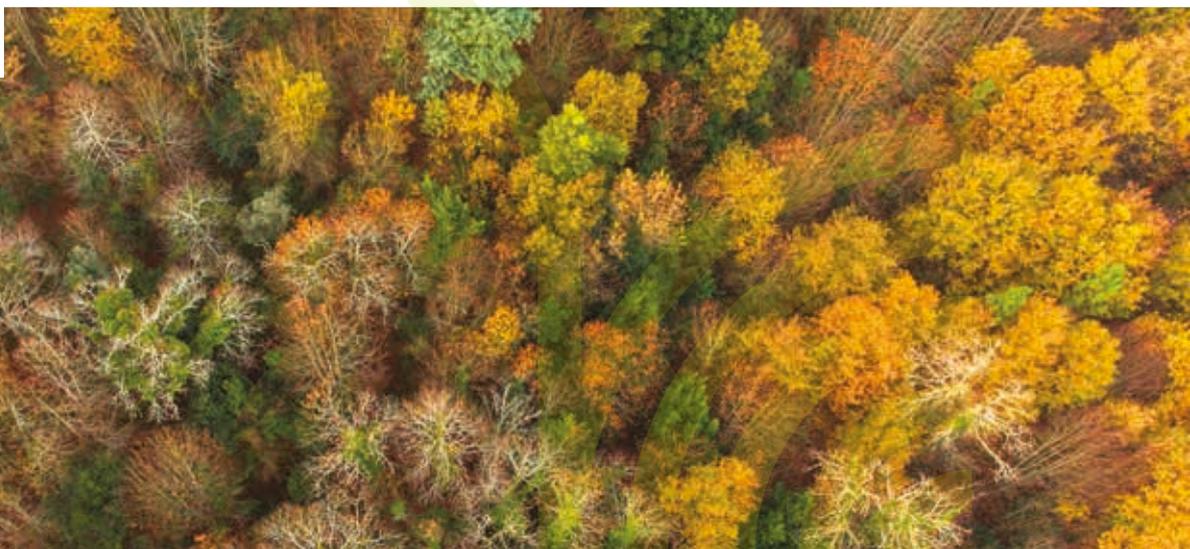
também não sabemos. O que sabemos é que é impossível não tornar a luta e defesa dos baldios verdadeiramente intergeracional. Os baldios são um campo de batalha e a força da cidadania ainda não apareceu para o combate porque não sabe onde ficam. Ouçam os lobos a uivar e ouçam as vozes perdidas dos estudantes de outros tempos: sejam realistas, exijam o impossível. Os baldios têm de se tornar escolas de eco-cidadania, onde o cuidado do território pode ser aliado a práticas democráticas e o governo das florestas pode de facto servir as populações locais. Dois meses depois de termos recebido na Lousã 18 jovens de Portugal, da Galiza e de Itália, o município ardeu em chamas. E os membros da Geração Z não sabem onde plantar as suas bolotas. Felizmente não estamos sós. Na Europa há mais pessoas interessadas no destino das terras comuns, e no imperativo ético de manter as práticas e instituições que permitem a cada lugar a sua história e o seu modo de existência². É nossa responsabilidade segurar a porta e resumir a história para os que não sabem, porque perante a história milenar dos baldios, estamos todos na infância³.



Rita Serra

Investigadora do CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

1. <https://www.facebook.com/comunixjovens/>
2. Como por exemplo, a Assembleia Europeia dos Comuns <https://europeancommonsassembly.eu> e a lComunales <http://www.icomunales.org>.
3. <http://ces.uc.pt/temp/scram/KitPedagogicoSCRAM.pdf>



Maria Conceição Colaço

Investigadora no Instituto Superior de Agronomia
Centro de Ecologia Aplicada
Baeta Neves-EnBIO
(CEABN-InBIO)

NECESSIDADES FORMATIVAS DOS ENGENHEIROS FLORESTAIS PARA O SÉCULO XXI

Os técnicos florestais são os principais intervenientes nos espaços florestais através das Organizações de Produtores Florestais, das Autarquias, de Empresas, dos serviços estatais, entre tantas outras entidades com competências na área. A sua intervenção tem tido, ao longo dos anos, um foco maioritariamente técnico e/ou científico, deixando muitas vezes a componente social num plano secundário.

Em Portugal, os espaços florestais ao serem na sua quase totalidade privados, levam a que qualquer intervenção na floresta tenha que contemplar a componente social, ao lidar com os proprietários, as suas perceções, objetivos e motivações. A própria questão dos incêndios florestais, problema complexo que ameaça fortemente a floresta portuguesa, não pode ser dissociada da sua componente social. O Professor Paulo Fernandes sintetiza muito bem esta problemática salientando que “a população não só provoca os fogos mas também molda a paisagem através das suas opções e práticas no uso da terra, o que conjuntamente com a meteorologia e com a topografia, determinará o comportamento do fogo e seus impactos”. A própria aceitação ou rejeição por parte da sociedade das políticas públicas que se procuram aplicar para a gestão dos espaços florestais tem igualmente uma forte componente social.

Este é o grande desafio que é colocado tanto no presente como no futuro aos engenheiros florestais: a conjugação da componente social com a parte técnica. Mas estarão os profissionais do presente e do futuro preparados para serem mediadores entre o risco, o trabalho técnico na floresta e a sociedade?

Num doutoramento sobre educação florestal procurou-se perceber se as competências fornecidas nas diversas licenciaturas da área florestal respondem às solicitações laborais dos técnicos florestais num contexto de conjugação do social com o técnico. Inquiriram-se técnicos dos Gabinetes Técnico Florestais, analisaram-se os conteúdos das licenciaturas em engenharia florestal no ano de 2016 e fez-se uma revisão bibliográfica a nível mundial sobre os desafios da educação florestal do século XXI.

Como principais resultados do inquérito verificou-se que as atividades consideradas como mais importantes são as que estão diretamente relacionadas com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como as atividades educativas e de sensibilização. Estas são igualmente as áreas em que sentem maior necessidade de formação/atualização realçando o uso das novas tecnologias (60%), temáticas de DFCI (50%), silvicultura preventiva (40%) e actividades de sensibilização e sessões de esclarecimento (27%).

Da análise dos currículos das licenciaturas de Engenharia Florestal ofertadas pelo Inst. Sup. Agronomia, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro e Escola Superior Agrária de Coimbra, constatou-se que as áreas mais técnicas (gestão, fogos e silvicultura) estão presentes em todas elas, tal como as ciências sociais mas com pouca expressão. O debate a nível mundial considera que o engenheiro florestal deve conjugar na sua formação as competências técnicas, com competências gerais e competências pessoais/relacionais. Sob este enquadramento constatou-se que em Portugal, nas licenciaturas ofertadas, faltam em diferentes graus as duas últimas competências, as quais já estão a ser sentidas pelos técnicos em contexto laboral. Assim, concluiu-se que seria enriquecedor para estes profissionais ganharem novas competências ao nível da comunicação (com diferentes públicos), pedagogia e educação ambiental e gestão de conflitos, de modo a fazer face aos desafios do relacionamento com proprietários e com a sociedade em geral.



Nelson de Matos

Coordenador do Projeto
Forest-IN

Departamento de Biologia
da Universidade de Aveiro

FOREST-IN: INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS NA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

O projeto Forest-IN (INovative and Educational INformation for the Sustainable FOREST Management by Smallholders) é uma parceria estratégica para a educação de adultos, liderada pelo Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro (UA), cofinanciada pelo programa Erasmus+, que visa a melhoria da capacidade de intervenção pela educação florestal de todos os agentes do universo florestal, desde os pequenos proprietários e técnicos florestais aos grandes decisores.

O projeto FOREST-IN partiu da necessidade de criar uma plataforma de entendimento que unisse os vários agentes florestais de Portugal, Espanha e França, países que, de modo geral, enfrentam problemáticas florestais semelhantes que prejudicam a sua competitividade, tais como uma grande diversidade formal e funcional, massas contínuas monoespecíficas, propriedade florestal fragmentada e de reduzida escala, etc.. Acrescem a estes constrangimentos de ordem física as tendências sociais associadas à gestão florestal assentes na falta de formação (não apenas técnica) dos intervenientes florestais de primeira linha: os pequenos proprietários e produtores. Demonstradamente este é um facto que compromete a integridade e produtividade florestal e condiciona os serviços do ecossistema como um todo.

O projeto tem duração de três anos. O consórcio é composto por um conjunto diversificado de entidades, que atuam em domínios complementares e em diversas escalas: a Universidade de Aveiro presta toda a fundamentação e acompanhamento científico em diversas áreas (floresta, biodiversidade, sustentabilidade e comunicação). Os restantes parceiros incluem a Unimadeiras (Portugal), a Asociación Forestal de Galicia (Espanha) e a Association Forêt Modèle de Provence (França) que integram uma vasta rede de proprietários e técnicos florestais e têm contacto regular e direto com os grandes decisores e grupos económicos do setor florestal. No total, gerem acima de 200.000 ha de floresta certificada que têm servido de laboratório e “sala de aula transfronteiriça” para as boas práticas florestais. A Fundação CESEFOR (Espanha) integra o projeto com competências na comunicação digital, nomeadamente no desenvolvimento de aplicações informáticas específicas para a gestão

e educação florestais. O consórcio completa-se com o PEFC™ e o FSC®, os maiores sistemas de certificação florestal a nível global que neste projeto trabalham juntos, unindo esforços, objetivos e audiências, tendo a seu cargo o desenho e implementação de recursos de formação dirigidos tanto aos pequenos proprietários florestais como aos técnicos do setor.

O projeto Forest-IN assenta fortemente numa componente prática e de transferência de conhecimento, composta por workshops e visitas técnicas internacionais, tutoriais e recursos informáticos interativos de apoio à decisão na gestão da floresta, numa estratégia concertada de envolvimento da comunidade deste setor, tendo em conta o que são as aspirações e exigências da sociedade para os espaços florestais. As técnicas pedagógicas adotadas são inovadoras e adaptadas ao público-alvo em questão, sendo assentes num modelo de aprendizagem horizontal e participativo.

O projeto já envolveu perto de duas centenas de participantes em sessões de trabalho e visitas técnicas na região Centro de Portugal e na Galiza. Em périplo por estas regiões, foi possível aos pequenos proprietários e técnicos convidados visitar espaços florestais de referência, colocando-os em contacto com diferentes formas de gerir, valorizar, proteger e salvaguardar a floresta, e partilhando as boas práticas aí empregues.

A Floresta Modelo da região de Provença (França) é o próximo destino. Aí se colocarão em contraste mais acentuado as realidades florestais de Portugal e do noroeste de Espanha, procurando incutir nos participantes a necessidade de alargar a escala de atuação através do associativismo assim como a necessidade de proteger valores que não têm tradução económica imediata.

Findo o projeto, se esperam como resultados o desenvolvimento e replicação de novas estratégias educativas e de capacitação com efeitos multiplicadores, baseando-se na ação local, por forma a garantir que os benefícios sociais, ambientais e económicos da floresta cheguem a todos.



Iryna Skulska

Investigadora

Centro de Ecologia Aplicada
Baeta Neves-EnBIO
(CEABN-InBIO)

AVALIAÇÃO DA GESTÃO COMUNITÁRIA DA FLORESTA SEGUNDO A METODOLOGIA DA FAO/ONU

De acordo com o relatório da FAO *Forty years of community-based forestry. A Review of its Extent and Effectiveness* uma vasta área florestal do mundo está diretamente associada a comunidades locais. No entanto, mesmo após a transferência de direitos, de responsabilidades e de gestão do Estado para estas comunidades, o que se verifica na prática é que o seu usufruto e a sustentabilidade da sua gestão são ainda bastante limitados.

Neste sentido, a FAO/ONU aprovou em 2012 as diretrizes de VGGT *Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security* com o objetivo de ajudar as comunidades locais a alcançar meios de subsistência sustentáveis, promover a estabilidade e desenvolvimento social, segurança de habitação, proteção ambiental e desenvolvimento rural e económico sustentável.

O VGGT é um sistema de avaliação a nível mundial, num contexto de governança responsável da posse da terra, que se concretiza

através de um guião a implementar de forma voluntária. Em 2015 este sistema foi complementado com uma avaliação da gestão comunitária de áreas florestais: *Community Based Forestry (CBF)*.

Concretamente as avaliações VGGT e CBF ajudam os países a avaliar as suas políticas, legislação, instituições e administração em relação à posse da floresta, com a finalidade de identificar as lacunas no que diz respeito aos princípios da boa governação. Após a identificação, sugerem-se medidas para reforçar a administração de posse nos seus países, melhorando as suas estratégias, políticas, leis, programas e atividades.

Até 2016, a avaliação VGGT e CBF teve o seu foco em países do continente Africano, América Latina, Médio Oriente e Ásia. O estudo envolveu questões do direito de uso, bem como as responsabilidades e tomada de decisões na gestão comunitária de áreas florestais. Os resultados mostram que, no futuro, o regime florestal comunitário pode tornar-se um impulsionador do desenvolvimento sustentável da floresta e, ao mesmo tempo, aumentar o capital social, humano e institucional das comunidades. Salienta-se,



porém, que o desempenho da gestão comunitária nos últimos 40 anos ainda é insuficiente, devido à falta de um ambiente propício, dificultando a realização de todo seu potencial.

Em 2017, em Portugal estabeleceu-se um protocolo entre a FAO/ONU e o Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves” da Universidade de Lisboa (CEABN), com vista a implementar os sistemas de avaliação VGGT e CBF. Assim, Portugal tornou-se o primeiro país da Comunidade Europeia onde estes sistemas de avaliação foram realizados, não só para analisar as condições e a eficiência da gestão das áreas florestais comunitárias (áreas baldias), mas também para comparar os resultados finais a nível internacional. Durante o processo da avaliação foram analisadas e comparadas as principais quatro modalidades de gestão das áreas baldias, cuja divisão foi baseada nos seus modelos organizativos de acordo com o órgão gestor (Conselho Diretivo, Assembleia dos Compartes ou Junta de Freguesia) e sua relação com o Estado (cogestão ou gestão em exclusividade).

Depois da elaboração de um estudo prévio pela equipa do CEABN, foi ainda recolhida a informação qualitativa através de workshops e entrevistas, nas quais foram utilizados os modelos dos inquiridos, previamente desenvolvidos por uma equipa de especialistas da FAO. Recolhemos as opiniões de gestores das quatro modalidades de terrenos comunitários em análise, engenheiros florestais das áreas baldias, representantes da Federação Nacional de Áreas Baldias (BALADI), da Associação Florestal de Portugal (FORESTIS), técnicos do ICNF, investigadores e advogados, todos do Centro e Norte Portugal.

Os resultados indicam que, na avaliação de eficácia de gestão comunitária de áreas florestais baldias (avaliação CBF), não existe diferença considerável entre as quatro modalidades analisadas. Porém, existe uma tendência para uma gestão mais eficaz em modalidades de autogestão (gestão em exclusividade), devido, sobretudo, à maior pró-atividade dos compartes nestas modalidades. Quanto à avaliação do pacote dos direitos dos compartes, segundo a metodologia da FAO/ONU, constata-se que estes são muito variados e que, na sua maioria, não têm restrições.

A avaliação do grau de dificuldade na execução das responsabilidades dos compartes e gestores de áreas baldias, no atual quadro regulamentar, mostrou que esta é mais difícil em modalidades de baldios em cogestão, devido à sua grande burocracia, bem como ao contínuo afastamento dos Serviços Florestais (seus co-gestores) da gestão das áreas do Regime Florestal, observado nas últimas décadas.

No que concerne aos resultados da avaliação VGGT, estes demonstram que, para melhorar a eficácia da gestão florestal comunitária, é importante realizar uma série de atividades, salientando-se as mais importantes:

- 1** Sensibilização e transferência da informação para a comunidade sobre os direitos e responsabilidades, relacionadas com a gestão de áreas baldias;
- 2** Resolução do registro cadastral simplificado das áreas baldias, já que mais de 50% destes terrenos não se encontram registados, aumentando o risco de serem apropriados por terceiros;
- 3** Reavaliação e melhoria dos meios de resolução formal de litígios em áreas baldias, garantindo procedimentos mais rápidos e eficazes;



4 Descentralização do poder da decisão nos Serviços Florestais para aumento da proximidade entre os técnicos do Estado e os gestores dos terrenos comunitários, com vista a melhorar o diálogo e a governança colaborativa;

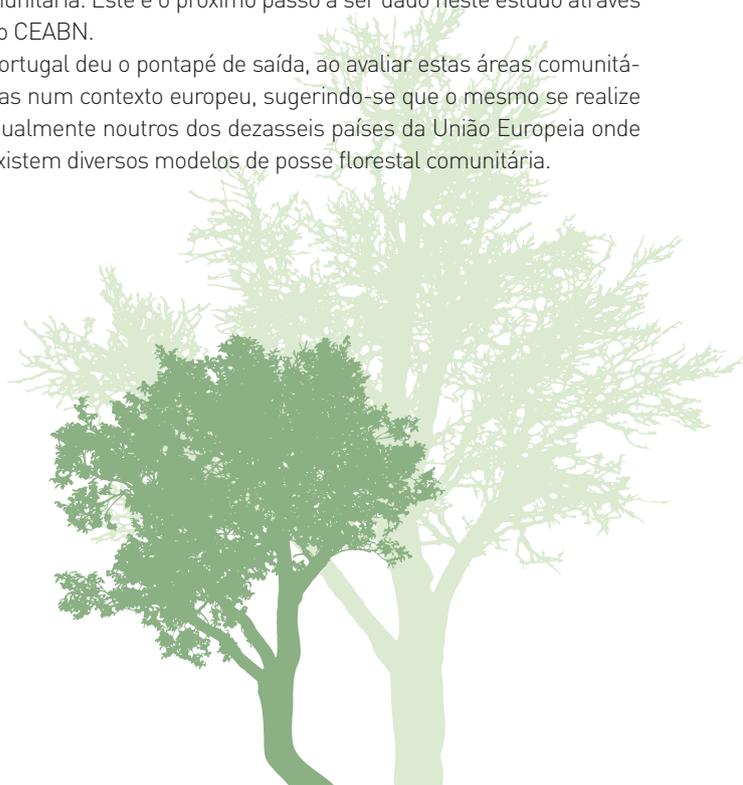
5 Melhoria do processo de consulta pública, por procura / adaptação de novos mecanismos, que promovam o contributo de diferentes atores (sociedade civil, setor privado, academia) na formulação e implementação de políticas de planeamento territorial e regional;

6 Desenvolvimento de diretrizes que facilitem e assegurem a passagem dos baldios das modalidades em cogestão para gestão autónoma e vice-versa, prevista na atual Lei dos Baldios (Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto);

7 Redução da burocracia e promoção da transparência no funcionamento da entidade gestora das áreas baldias, independentemente da modalidade de gestão.

Apesar dos resultados obtidos serem bastante importantes, a experiência de avaliação de VGGT e CBF nos outros países sugere que uma avaliação quantitativa adicional é muitas vezes necessária para aumentar a compreensão da eficácia da gestão florestal comunitária. Este é o próximo passo a ser dado neste estudo através do CEABN.

Portugal deu o pontapé de saída, ao avaliar estas áreas comunitárias num contexto europeu, sugerindo-se que o mesmo se realize igualmente noutros dos dezasseis países da União Europeia onde existem diversos modelos de posse florestal comunitária.





Maria João Canadas

Professora
Instituto Superior
de Agronomia

DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL AOS NOVOS MODELOS DE GESTÃO CONJUNTA DAS FLORESTAS

Legalmente instituídas em 2005, as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) previam um plano de gestão florestal (PGF) único para uma área contínua pertencente a vários proprietários, ou seja, uma gestão conjunta. Transcorrido mais de um decénio, e na sequência dos dramáticos incêndios de 2017, é promulgado um novo pacote legislativo que, no âmbito da gestão conjunta, inclui alterações às ZIF (Decreto-Lei nº 67 de 12 de junho de 2017) e propõe outros modelos como as Entidades de Gestão Florestal (EGF, Decreto-Lei nº 66 de 12 de junho de 2017) e as Unidades de Gestão Florestal (UGF, Lei nº 111/2017 de 19 de dezembro que constitui a primeira alteração ao decreto-lei anterior).

A leitura que aqui se apresenta destes modelos de gestão fundamenta-se no percurso das ZIF. Começa-se por discutir os pressupostos legais, passando-se em seguida à análise da implementação das ZIF, de forma global, e na sua relação com a diversidade dos espaços rurais.

PRESSUPOSTOS EM DISCUSSÃO: PEQUENEZ E INCÚRIA DOS PROPRIETÁRIOS

Reconhece-se, no preâmbulo da lei que, em 2005, instituiu as ZIF, que cabe ao Estado dinamizar a “constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão” (Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de agosto). Numa revisão da lei, em 2009, é expressamente referido para as ZIF o objetivo de ultrapassar o bloqueio resultante da estrutura de “propriedade minifundiária” e de infra-estruturar o território para o tornar “mais resiliente aos incêndios” (Decreto-Lei nº 15/2009, de 14 de janeiro). No pacote legislativo de 2017 reafirmam-se os mesmos propósitos, “minimizar os bloqueios à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura da propriedade privada, em particular nas regiões de minifúndio” (Decreto-Lei 67/2017), e o mesmo diagnóstico, “um dos principais entraves ao cumprimento destes objetivos [aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais] se deve à excessiva fragmentação da propriedade privada” (Decreto-Lei 66/2017).

Agora como antes, os pressupostos que presidem à definição legal dos arranjos mantêm-se, pois, inalterados: a reduzida dimensão e fragmentação da propriedade como obstáculo primordial, porque causa da fraca rentabilidade e, conseqüentemente, do que alguns veem como incúria dos proprietários.

Contudo, o pouco que de forma segura se conhece sobre a estrutura da propriedade florestal permite discutir estes pressupostos. Em primeiro, pequena propriedade não é sinónimo de incúria, não cuidar e não investir, abandono. É inegável que o universo dos proprietários privados não industriais, preponderante em Portugal, é numericamente dominado por proprietários com pequenas e muito pequenas áreas. Mas, o que os estudos realizados nos mostram é que não há uma relação linear entre dimensão e intensidade de intervenções (Baptista e Santos, 2005; Novais e Canadas, 2010; Baptista et al., 2015). Além disso, não intervir na floresta está frequentemente relacionado com as diferenças de produtividade e rentabilidade entre subsetores florestais, e de condições do meio biofísico ou socioeconómico dos territórios rurais (Baptista e Santos, 2005; Canadas e Novais, 2014). Com base no que a dinâmica das estruturas agrárias nos ensina (Baptista, 2005; Arnalte, 2013), dever-se-á até admitir que mais do que causa da fraca rentabilidade, a reduzida dimensão e elevada fragmentação são também consequência dessa fraca rentabilidade. Quando o investimento é suficientemente atrativo, por efeito das economias de escala, o ajustamento estrutural vai acontecendo.

DE 2015 A 2017: APARECIMENTO E EXPANSÃO DAS ZIF

O pressuposto de que alterando a dimensão se assegura a rentabilidade pelo benefício privado (madeira, cortiça, lenhas, etc.) presente nos vários modelos de gestão conjunta, vai mais longe no caso das ZIF pois, na mesma assentada, assume-se que, dessa forma, se assegura também o retorno à produção de um benefício público, que é a redução do risco de incêndio da paisagem.

No texto da medida de política que a institui, a ZIF surge como um instrumento para a gestão do espaço agro-florestal inovador no panorama dos arranjos cooperativos ou colaborativos entre proprietários florestais privados, porque ambicioso, ao propor a gestão em comum da paisagem, com centralização do planeamento dessa gestão, algo que segundo a bibliografia é dificilmente realizável sem um forte apoio técnico e financeiro. No enquadramento legal, o que desde mais cedo se clarificou e precisou foi, no entanto, a sua delimitação espacial: área contínua, de baixo índice de compacidade, em suma, à escala da paisagem, em conformidade com as exigências técnicas para uma maior defesa do espaço, designadamente ao nível do risco de incêndio.

A primeira ZIF constituiu-se legalmente em 2006. Desde então, o seu número não tem deixado de crescer, rondando actualmente as 180, com uma área acumulada superior a 800 mil hectares, e mais de 20 mil aderentes à data da sua constituição. Na sua grande maioria as ZIF têm como entidade gestora uma associação de produtores florestais. Em 2012, apenas cerca de metade das ZIF disponha de PGF aprovado, confrontando-se um grande número com grandes dificuldades de funcionamento.

UMA TIPOLOGIA DE ZIF E TERRITÓRIOS RURAIS

Tomando a organização (ZIF) e o seu território como unidade de análise, a elaboração da tipologia teve em conta as condicionantes locais à gestão conjunta do espaço agro-florestal, com base em informação secundária (Canadas et al., 2014). Chegou-se a três tipos que se denominaram de pequenas ZIF do pinhal, médias ZIF em rural mais denso e grandes ZIF do montado, respectivamente, com 2821 ha, 4730 ha e 26994 ha de área média. O primeiro tipo é o mais numeroso, com 53% do número total de ZIF, 40%, para o segundo e apenas 7% para o terceiro. A taxa de progressão, dada pela percentagem das ZIF que apresentam PGF aprovado, é menor no tipo das pequenas ZIF do pinhal e maior nas grandes ZIF do montado.

Os critérios do apoio à criação e instalação de ZIF, em função da área, tornaram o nível de apoio potencial por proprietário aderente muito desigual, dada a diferença de número médio de proprietários aderentes entre os três tipos de ZIF. Deste modo, uma parte do financiamento é dirigido para as grandes ZIF onde o risco de incêndio é menor, os custos de transação são reduzidos (menor número de proprietários; existência de cadastro), é maior a rentabilidade da floresta (sobreiro) e o recurso a outros apoios públicos (PAC) asseguram uma maior probabilidade de realização das ações previstas nos PGF com baixos níveis de apoio. Nas pequenas ZIF onde é mais difícil a concertação (maior número de proprietários, ausência de cadastro) e menos rentável a execução das ações de gestão previstas nos PGF, os níveis de apoio mostram-se insuficientes.

A tipologia permitiu assim evidenciar que o curto percurso de evolução das ZIF acabou por não convergir para a resolução do problema da "pequenez da propriedade" e da suscetibilidade aos incêndios.

NOTAS CONCLUSIVAS

Os resultados da implementação das alterações propostas na lei não se podem deduzir da análise da mesma. A redução da exigência mínima de área, por exemplo, já tinha ocorrido em 2009 e, no entanto, as ZIF que se constituíram depois disso continuaram a aumentar de dimensão, sendo irrisório o número de ZIF que tiraram partido dessa redução. Os critérios do apoio à criação e instalação de ZIF, função da área da mesma, explicam essa tendência.

O enquadramento legal e o percurso das ZIF são reveladores, por um lado, da primazia do ideal técnico em detrimento de soluções ajustadas à realidade socioeconómica e institucional dos espaços florestais. Por outro, evidenciam também como as vicissitudes do processo das políticas podem acentuar as desigualdades, já de si grandes, de remuneração da produção de bens privados como de bens públicos (risco de incêndio da paisagem).

As alterações às ZIF ou os novos modelos de gestão partilham o mesmo pressuposto do aumento de dimensão da propriedade/exploração como garante da produção de benefícios privados e públicos. Por isso, não resolvem de per si o problema fundamental de rentabilidade, no atual contexto de mercados, e de custos de produção muito desiguais entre regiões.

Arnalte, E. (2013), *The Southern model of agriculture revisited: continuities and dynamics*, *Research in Rural Sociology and Development*, vol. 19, 37-74.

Baptista, F.O., Santos, R.T. (2005). *Os proprietários florestais: resultados de um inquérito*, Oeiras, Celta.

Baptista, F.O. (2005), *A questão da terra*, em Fernando Baptista (org.), *Terra e tecnologia: século e meio de debates e políticas de emparcelamento*, Lisboa, Celta, pp. 193-220.

Baptista, F., Novais, A., Canadas, M.J., Marques, M., Reis, P., Oliveira, T. (2015), *Proprietários, gestão florestal e incêndios*, ISA / INIAV / GrupoPortucelSoporcel (Relatório de projecto).

Canadas, M.J., Novais, A. (2014), *Bringing local socioeconomic context to the analysis of forest owners' management*, *Land Use Policy* 41:397-407

Canadas, M.J., Novais, A., Marques, M. (2014), *Proprietários florestais, políticas e territórios: incêndios e a gestão do espaço rural*, Lisboa, ANIMAR.

Novais, A., Canadas, M.J. (2010), *Understanding the management logic of private forest owners: A new approach*, *Forest Policy and Economics*, N.º 12: 173-180.



Américo M. S. Carvalho Mendes

Coordenador da ATES- Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica (Porto) e Presidente da Direcção da Associação Florestal do Vale do Sousa

SOBRE O QUE DEVERIA SER O FOCO DA REFORMA DA POLÍTICA FLORESTAL

OS DOIS FACTOS ESSENCIAIS DA PRODUÇÃO FLORESTAL EM PORTUGAL

Há dois factos da maior importância a ter em conta na compreensão da situação do setor florestal em Portugal e no delineamento das políticas públicas adequadas ao combate aos problemas de que enferma.

Um deles é que Portugal é um dos países do mundo com maior percentagem de área florestal privada. A distribuição dessa área

por tipos de proprietários era a seguinte em 2005 (Mendes *et al*, 2004; FAO, 2010):

Área do Estado: 1,6 %;

Área privada comunitária (baldios): 5,1 %;

Área privada não comunitária: 93,3%.

Em grande parte do território, esta área está fragmentada, ou em risco de fragmentação, em unidades de exploração de pequena dimensão.

O outro facto é que a rentabilidade privada (a rentabilidade para o produtor florestal) de grande parte dos espaços florestais é negativa, embora esta rentabilidade continue a ser positiva do ponto social (incluindo o valor dos serviços ambientais com a natureza de bem público).

A rentabilidade privada tem vindo a tender para esta situação desde meados do século XX, quando se iniciou o declínio definitivo das populações rural e agrícola, fazendo aumentar os custos privados da gestão florestal sustentável, sem isto ser acompanhado por um crescimento das receitas privadas que compensasse esse aumento.

AS PRIORIDADES DA POLÍTICA FLORESTAL QUE DEVERIAM DECORRER DESSES FACTOS ESSENCIAIS

Considerando os dois factos essenciais atrás referidos, as prioridades da política florestal que deveriam ter sido consideradas desde meados do século XX são as seguintes:

Instituir mecanismos de internalização das externalidades positivas geradas pela floresta, permitindo pagar aos produtores florestais que cuidarem bem da sua floresta o valor dos bens públicos que ela gera (serviços ambientais);

Orientar uma parte dos recursos gerados por esses mecanismos para o fomento de formas de gestão florestal agrupada (criação e funcionamento de organizações de produtores florestais, criação e funcionamento de Zonas de Intervenção Florestal, etc.);

Gerir esta internalização e este fomento no quadro de contratos programa entre as entidades públicas aqui relevantes e os produtores florestais e suas organizações, contratos esses com um horizonte de médio prazo, onde os produtores florestais e as suas organizações tenham liberdade de planeamento estratégico para definirem as ações adequadas à melhoria da gestão dos seus espaços florestais e que estejam sujeitos a uma monitorização e avaliação independente da sua implementação.

O PRINCIPAL PARADOXO DA POLÍTICA FLORESTAL EM PORTUGAL QUE PERSISTE DESDE HÁ MUITO E AINDA NÃO DESAPARECEU

O principal paradoxo da política florestal em Portugal é que, apesar da enorme saliência dos dois factos atrás referidos e das priorida-

des de política florestal que daí deveriam decorrer, o que tem predominado nesta política, desde há muito, e ainda não desapareceu, é um conjunto de instrumentos de política de “comando e controlo”, em vez da prevalência de incentivos económicos onde tenham lugar de destaque os que vão nos sentidos atrás indicados (internalização de externalidades positivas e fomento da gestão florestal agrupada).

O processo de reforma da política florestal em curso ainda não inverteu esta situação. Isto não tem sido assim por acaso. O leitor interessado no assunto poderá encontrar uma hipótese explicativa deste paradoxo no texto de Mendes & Fernandes (2007).

ELEMENTOS DA ATUAL POLÍTICA FLORESTAL QUE DEVERIAM TER SIDO CONSIDERADOS COMO PONTOS DE PARTIDA E REFORÇADOS NO PROCESSO DE REFORMA EM CURSO

Existem na política florestal atual alguns elementos que deveriam ter sido considerados como pontos de partida e reforçados no sentido de trazer para as prioridades dessa política as que foram atrás referidas, a saber:

Para internalizar o valor dos bens públicos gerados pelos espaços florestais existe o Fundo Florestal Permanente para cuja concretização foi preciso a tragédia dos incêndios de 2003;

Como formas organizativas que agrupam algumas componentes da gestão florestal existem as mais de 160 organizações de produtores florestais distribuídas por todo o país (criadas sem incentivos específicos para este efeito na política florestal), as várias centenas de baldios e as mais de 180 Zonas de Intervenção Florestal que abrangem para cima de 930.000 ha (ao abrigo de legislação para a qual foi preciso a tragédia dos incêndios de 2003 e 2005);

Como embrião de um sistema de contratos programa com um horizonte de médio prazo, sujeitos a alguma monitorização, existe, por exemplo, o programa de sapedores florestais.

Tendo presente as bases atrás referidas, o caminho a seguir não deveria ter sido o de continuar a colocar no primeiro plano da política florestal medidas de comando e controlo como, por exemplo, o que se tem passado mais recentemente com a legislação sobre a vulgarmente chamada “limpeza das matas”, mas sim a correção das insuficiências e fragilidades dessas bases de partida, nomeadamente nas seguintes direções:

Concentrar as funções do Fundo Florestal Permanente e reforçar os seus meios no sentido da internalização das externalidades positivas geradas pelos espaços florestais e no incentivo a formas de gestão florestal agrupada (organizações de produtores florestais, Zonas de In-



tervenção Florestal e outras) através do cofinanciamento (juntamente com os produtores florestais e outras entidades) não só dos seus custos de criação e investimento, mas também de funcionamento;

Robustecer o fomento das formas de gestão florestal nas zonas onde elas forem mais difíceis de conseguir, mas nem por isso deixam de ser necessárias;

Respeitar a liberdade de planeamento estratégico dos produtores florestais e das suas organizações para, em conjunto com as suas comunidades locais, desenharem essas formas de gestão florestal e as ações que acharem mais adequadas para a proteção e valorização dos espaços florestais do seu território (ex. serviços de aconselhamento técnico, equipas de sapedores e ações estratégicas de silvicultura preventiva que possam ter efeitos na redução estrutural do risco de incêndio, inventários da estrutura da propriedade florestal, fitossanidade, proteção da biodiversidade, certificação, fomento do voluntariado florestal, investigação e formação, educação para a cidadania florestal, etc.);

Disponibilizar os incentivos económicos para estas melhorias na gestão florestal através de contratos programa com um horizonte de médio prazo, estabelecidos entre o Estado e os produtores florestais e suas organizações, devidamente monitorizados e sujeitos a avaliação independente;

Premiar os municípios que colaborarem neste esforço de promoção de formas de gestão florestal agrupada, numa atitude de complemento útil e não de substituto desse esforço organizativo dos produtores florestais e desincentivar os que fizerem o contrário.

Food and Agriculture Organization (2010). *Global Forest Resources Assessment 2010 - Country Report, Portugal*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Mendes, Américo M. S. Carvalho; Feliciano, Diana; Tavares, Marisa; Dias, Rafael Silva (2004). *Portuguese Forests. Country level report delivered to the EFFE Project - Evaluating Financing of Forestry in Europe*. Porto: Faculty of Economics and Management - Portuguese Catholic University. Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Economia e Gestão, Working Papers in Economics N.º 13/07.

(https://www.researchgate.net/publication/4999093_The_Portuguese_Forests_Country_level_report_delivered_to_the_EFFE_Project_Evaluating_Financing_of_Forestry_in_Europe)

Mendes, Américo M. S. Carvalho; Fernandes, Lílina (2007). *Políticas e instituições florestais em Portugal - desde o final do Antigo Regime até à actualidade*. In Sande Silva, Joaquim (ed.), *Árvores e Florestas de Portugal - Vol. 7: Floresta e Sociedade*. Uma história comum. Lisboa: Jornal Público & Liga para a Protecção da Natureza. pp. 77-125.



PLANO DE PAISAGEM TERRAS DO COURA

UM MODELO PARTICIPATIVO PARA A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Plano de Paisagem Terras do Coura é pioneiro em Portugal e enquadra-se na Convenção Europeia de Paisagem, na adequação à Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, visando a concretização de um programa de ações corretivas ou orientadoras de intervenção na paisagem. Contudo, não é apenas a singularidade que torna esta iniciativa inovadora. Também as metodologias promovidas através da população e para a população contribuem para a diferenciação.

“A ideia já amadureceu há muitos anos na minha cabeça”, diz a arquiteta urbanista Isabel Maria Matias, membro do conselho científico do Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA) da Escola Superior Artística do Porto (ESAP), para introduzir o plano, que conta com a parceria da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho (Valminho Florestal), uma organização não governamental, e da Leiras do Carvalhal, empresa do setor turístico, na qual é sócia gerente. Está ainda envolvida a Câmara Municipal de Paredes de Coura, que recebeu a proposta em 2015.

O Plano de Paisagem foi inicialmente projetado à escala distrital, só depois, dada a impossibilidade de implementação, os esforços foram redirecionados à escala de um concelho. Segundo o presidente da Associação Valminho, Luis Brandão Coelho, quando a proposta foi feita à Câmara “já tinha sido feito algum trabalho”, nomeadamente reunir conhecimento para uma boa opção de intervenção. “De facto só valoriza os territórios quem conhece. E nós temos a perfeita noção de que há um afastamento muito grande daquilo que é o conhecimento e a familiaridade do território”, explica.

“Ordenar, proteger e valorizar” são os pilares destacados pela Convenção Europeia de Paisagem, mas o engenheiro defende que,

para valorizar, é necessário identificar. “Porque só dessa forma é que algo é suscetível de ser promovido e valorizado”. Com esta identificação, o presidente da associação pretende “criar uma linha de pensamento” que auxilie a projeção de onde se deve intervir. “Valorizar ou preservar, há sítios onde é preciso manter e há sítios onde é preciso melhorar o que existe”.

Contextualizando com o objetivo de operacionalizar a Convenção Europeia em Portugal, Isabel Maria Matias explica que “estava em curso a implementação de uma política nacional de arquitetura da paisagem”. Contudo, esta política apenas estabelecia objetivos, dando orientações da convenção, sem enquadramento financeiro ou de execução concreta. “Em Portugal não existia enquadramento legal e, portanto, não existe legalização para a elaboração destes modelos. O que fizemos foi desenvolver uma metodologia a fundo do trabalho e apresentamos à autarquia”, explica.

A metodologia para o plano foi dividida em duas etapas. A primeira contou com quatro fases: a definição do plano, das subunidades, a elaboração do programa de gestão e a determinação dos objetivos de qualidade. Presentemente, o processo está já na segunda etapa, também dividida em quatro fases, que passa pela definição de projetos, ações e medidas de valorização da paisagem. Desta forma, a primeira fase serviu para compreender a paisagem “aos olhos” população. As crianças foram desafiadas a desenharem o que era para eles a paisagem de Paredes de Coura. “Para alguns era o Festival Paredes de Coura, para outros tinha umas vaquinhas e umas cabras, para outros tinha um edifício. E de facto a paisagem é tudo isso”, conta Isabel Maria Matias. Para os adultos, foram aplicados inquéritos, inspirados nos exemplos espanhóis e franceses, e sessões. Na segunda fase da Etapa 2 do plano, foram definidas 10 subunidades de paisagem com características próprias e diferenciadas do restante território, tais como a litologia, altitude, formas de relevo, clima e evolução histórica – identificação que contou também com a participação pública. Na terceira fase, foi feito um diagnóstico da paisagem, tendo em conta, por exemplo, a vegeta-

ção atual e a potencial, considerando valores específicos atribuídos pela população.

O presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Pereira, encara a identificação com o território por parte da população como uma mais-valia deste plano. "Muitas vezes as pessoas nem conhecem o próprio território. Estão tão metidas no meio dele que não se apercebem da importância". O presidente admite que a perceção que tem da paisagem tem vindo a mudar. "Paisagem para mim foi sempre afetividade, literatura, cinema, quase um deleite burguês. E achava que ninguém devia tocar na paisagem. Quando alguém cortava um carvalho, irritava-me profundamente. Mas a paisagem são as pessoas e as pessoas têm de viver na paisagem, tem de existir equilíbrio". "Não podemos transformar a paisa-



gem num presépio ao ponto de não se tirar partido e rendimento económico disso. Nessa altura, Paredes de Coura fica perdida no meio da solidão do alto do Minho", acrescenta. Apesar de chamar a "solidão do alto Minho" à conversa, o presidente não acredita que a localização geográfica seja uma condicionante. Pelo contrário. Encara a geografia como desafio à criatividade. "O que se tem de fazer nos territórios é ser criativo, dinâmico e preservar aquilo que é único. Se o território for criativo e dinâmico do ponto de vista cultural, mais pessoas o visitarão". Tiago Cunha, vereador da Câmara Municipal de Paredes de Coura, concorda e acredita que a "piedade" que as pessoas têm das localizações do interior de Portugal serviu de tônica para a elaboração deste plano. "As pessoas têm piedade porque nós aqui estamos, isolados, porque aqui nada chega. Mas na realidade aqui nada chega, mas também nada estraga. E se é algo tão valioso e imaculado, nós vamos transformar isto numa vantagem", diz. Vítor Paulo Pereira dá continuidade à declaração

do vereador: "A paisagem é um legado. Já recebemos esta herança e devemos saber transmiti-la".

O diagnóstico feito na terceira fase da segunda etapa do plano resultou em objetivos de qualidade para cada subunidade, tendo em conta as características naturais e físicas e a ocupação humana, a quarta fase. Desta forma, entende-se que, para uma qualidade paisagística, é necessária a utilização sustentável de paisagens naturais e seminaturais, a boa conservação da paisagem fluvial e agroflorestal e a promoção de percursos e miradouros. Assim, exploram-se os recursos do território e "ensinam-se" os habitantes a reconhecerem a paisagem.

A introdução do plano teve um efeito de desconfiança na população. "Pensavam que vinham mais regulamentos, mais proibições. Mas o plano é mostrar-lhes, de uma forma pedagógica e de uma forma até formativa, a importância que tem a paisagem e de transmitir esta herança aos outros. O importante é enquadrar os comportamentos, os desejos e os interesses económicos com os da paisagem", explica o presidente da Câmara Municipal.

O Plano de Paisagem Terras de Coura não se faz em dois dias, segundo Isabel Maria Matias, e, portanto, dentro do projeto cabem várias ações: "medidas transversais, medidas gerais e medidas por subunidade", afirma. Um exemplo de medida física é a reabilitação do largo da freguesia Bico. "É importante que as pessoas implementem as medidas porque o objetivo é que possamos influenciar a paisagem até aos 15 ou 20 anos, na área florestal serão períodos de 30 a 40", argumenta Luis Brandão Coelho.

Assim, existe data de início, mas de finalização não. O vereador da Câmara, Tiago Cunha diz "no dia em que parar é porque faliu", algo que gera acordo entre os promotores do Plano de Paisagem Terras de Coura.





BLC3

E DA FLORESTA SE FEZ BIOPETRÓLEO

A BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação foi criada com o objetivo de fixar jovens e massa crítica no interior do país através do conhecimento e aplicar esse conhecimento aos recursos do território, valorizando-o e desenvolvendo-o. Acumula diversos projetos, de diferentes áreas e com fins distintos, mas o seu foco é a biorrefinaria, é aproveitar biomassa para produzir biopetróleo (mas não só). Daí, do foco, surgiu o nome: “B” de biomassa, “L” de lenho e “C” de celulósica, o “3” é de 3.ª geração, fazendo referência às microalgas utilizadas no processo (Biomassa Lenho-Celulósica de 3.ª Geração- Microalgas).

“Em outubro de 2009 o atual presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Hospital perguntou-me o que eu achava que devia ser feito aqui. Eu disse que devíamos ter um centro de investigação orientado para os recursos do território e ele disse que, se ganhasse as eleições, apoiava o projeto. Assim nasceu a BLC3”, conta João

Nunes, diretor executivo do campus. “O projeto core é o BioREFINA-TER, que quer dizer biorrefinação do território e é disso que estamos a falar: fazer a biorrefinação de forma descentralizada e para os vários tipos de recursos que temos disponíveis”, adianta. Na prática, a empresa estudou uma forma de converter a biomassa florestal (matos, galhos...) em biopetróleo, que pode ser utilizado não só como combustível, mas também para produtos plásticos, para a área farmacêutica ou química e até para eletricidade, mas de uma forma sustentável e menos poluente. E com vantagens também para a floresta e para a região.

“Nós sabemos que o mercado dos derivados de petróleo existe, tem futuro e todo o tipo de materiais precisam de derivados de petróleo. O petróleo acontece por decomposição orgânica, o problema é que demora muito tempo e há integração de outros compostos, tornando-o mais nocivo para a saúde. Agora, nós temos a oportunidade de, a partir da parte orgânica, que é biomassa florestal, fazer biopetróleo. A partir desse biopetróleo, podemos desenvolver todo um mercado que vai desde os fármacos, aos plásticos, biomateriais, substitutos alimentares e, no final, biocombustíveis, eletricidade e calor”, explica o responsável, que defende que “o interior só se desenvolve se ele desenvolver as suas próprias ideias” e que, por isso, faz questão de manter o seu projeto na região, apesar de agregar sinergias de vários pontos do País.

Começou por alargar a rede de conhecimento, estudar o potencial de valorização das matérias-primas, formar uma equipa e desenvolver ideias complementares, já que estava consciente que “uma entidade nunca pode estar dependente de um só projeto, para ter

sustentabilidade e viabilidade". A equipa percebeu que podia utilizar "qualquer resíduo agrícola e florestal", tudo o que seja 'lenho', e que até seria benéfico utilizar vários, para não ficar dependente de um único produto e criar uma economia descontrolada. Os que mais comunica são a giesta, esteva, acácia, carqueja, eucalipto e pinheiro e são utilizados apenas resíduos, "nunca cortando árvores". Percebeu também que os produtores florestais estão disponíveis para colaborar na recolha da biomassa para este fim, mas desde que sejam devidamente pagos. A rentabilidade para todos os intervenientes é, de resto, uma preocupação do investigador, pois "só assim faz sentido".

Atualmente, a BLC3 já tem um projeto piloto "com uma dimensão interessante" a funcionar e quer avançar para uma segunda fase do projeto, mas está a aguardar apoios. "Nós já chegámos à parte do biopetróleo, estamos com o piloto mais pequeno a funcionar e agora queríamos já fazer o piloto da transformação deste biopetróleo em produtos derivados do petróleo, com o intuito de, a seguir, ir para uma unidade de demonstração industrial", refere João Nunes, que diz ser "urgente avançar para a unidade de demonstração industrial para mostrar a tecnologia numa escala grande". "Nós já fizemos o trabalho mais difícil, que é juntar pessoas, já provámos que é possível, agora precisamos da oportunidade", frisa.

E de acordo com o seu impulsionador, as vantagens de um projeto como este são múltiplas: permite resolver, ou pelo menos amenizar, o problema dos incêndios, já que deixa menos combustível nas florestas; cria novas indústrias nas regiões do interior e novos pos-

tos de trabalho; fixa jovens no interior, atraídos pelo conhecimento, pelos projetos tecnológicos, contrariando a desertificação; e tem benefícios ambientais, dado que é menos poluente – graças ao uso de microalgas, a emissão de CO2 diminui 120% face ao petróleo comum. De acordo com João Nunes, o território definido como piloto, e que inclui Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil e Góis, teria mesmo condições para ser "totalmente autónomo em termos de recursos fósseis". E, a nível nacional, este projeto poderia diminuir significativamente o uso de petróleo: "Não vamos conseguir substituir tudo, mas podemos fazer muito. Se substituirmos 50% do petróleo já era excelente", nota.

Mas as mais-valias não são evidentes para todos: "Começámos com uma estratégia de comunicação internacional, porque temos a certeza de que este tipo de tecnologias é muito bem aceite a nível internacional e a nível nacional as pessoas ainda são muito céticas e há muita controvérsia. Então, fizemos um trajeto internacional, em que recebemos prémios, e só depois viemos para o nacional e o local", salienta o responsável. A BLC3 foi fundada em maio de 2010, iniciou atividades em setembro de 2011 e começou a criar uma rede internacional em 2012, demonstrando o interesse desta tecnologia junto da Comissão Europeia. Três anos depois avançou com comunicação internacional e começaram os prémios. "Em 2015 tivemos prémios da incubadora, em 2016 o prémio Regio

Stars da economia circular, que é atribuído pela própria Comissão para os projetos mais inovadores a nível europeu, e em 2017 o programa StartUp Europe também fez o reconhecimento. Só após o prémio Regio Stars começou o reconhecimento nacional", afirma João Nunes, reforçando que, ao contrário do que se passa no País, muitos outros já estão há muito a traçar um caminho nesta área.

"Para verem que não somos só nós que queremos ir por aqui, um dos 20 programas de investimento mais importantes da Comissão Europeia é o das *bio based industries*, que é a valorização destas biomassas, destes resíduos. Estamos a falar de um programa de 3,7 mil milhões de euros. E Portugal não está a aproveitar porque não temos tecnologia. Devíamos estar na linha da frente porque somos os que têm mais interesse. Portugal tem 3,1 a 3,2 milhões de hectares de território abandonado, tem um problema grave com os incêndios florestais e há consenso de que o problema dos incêndios tem a ver com o abandono dos territórios e a disponibilidade de matéria-prima. Se existem tecnologias que permitem resolver este problema e que reúnem o consenso técnico-científico internacional, nós devíamos estar na linha da frente e estamos muito atrás dos outros", lamenta o investigador, referindo que "os nórdicos, que não têm o problema de gestão da floresta que nós temos, já estão há 20 anos de volta disto".





MUNICÍPIO DE MAÇÃO PROPRIETÁRIOS E AUTARQUIA EM PARCERIA PARA VALORIZAR O TERRITÓRIO

“Os grandes incêndios são fruto da desumanização do território e do desaparecimento da agricultura e da pastorícia. Este desequilíbrio do território trouxe-nos uma paisagem nova que não é sustentável no clima que temos – e não vai voltar a ser – e, para voltar a ter equilíbrio, é essencial ter planeamento e ter estruturas que façam as coisas acontecer. Não há uma solução milagrosa para acabar com os fogos, mas podemos reduzi-los para níveis em que não ponham em causa o território.” Esta é a convicção de António Louro, vice-presidente da Câmara Municipal de Mação e presidente da Aflomação (Associação Florestal do Concelho de Mação), que há anos lidera o desenvolvimento de um projeto que acredita poder reorganizar e reavivar o território de Mação, ao mesmo tempo que o protege nos incêndios: um modelo de gestão global.

“Muitas das coisas que o país está a interiorizar neste momento, depois dos fogos deste verão, nós interiorizámos a partir de um grande incêndio que tivemos em 2003. Nesse ano, ardeu metade do território do concelho e isso obrigou-nos a analisar o trabalho que o município vinha a fazer”, conta António Louro, adiantando que foi nessa altura que perceberam que não lhes bastava ter bons caminhos de acesso à floresta, pontos de água, um sistema de vigilância e uma boa rede de rádios. Perceberam que, dada a rapidez

e dimensão destes eventos, “a solução nunca viria do combate” e que “o fulcro da questão estava na paisagem criada”.

Antigamente, contava com centenas de milhares de agricultores que geriam o território, mas, com as mudanças socioeconómicas, a atividade deixou de ser viável, levando ao abandono das explorações agrícolas e, conseqüentemente, ao crescimento exponencial da floresta. Todavia – afirma o responsável –, “para a floresta ser sustentável neste território não pode passar sem a agricultura e sem a pastorícia” e para que isso seja viável é necessário ter uma floresta “compartimentada e quebrada na paisagem por áreas de menor combustibilidade” para que, mesmo que as coisas corram mal, consigam proteger-se. Foi neste cenário - e com estas certezas - que o município desenvolveu um conjunto de novos projetos. Uma das primeiras medidas foi o desenvolvimento de kits de auto-proteção, que consistem num depósito com uma motobomba com capacidade profissional e lances de mangueira, que, em caso de incêndio, permitem às aldeias da região protegerem-se enquanto não são socorridas pelos bombeiros. Outras das novidades de então foram as circulares de proteção, “um estradão que circunda a aldeia ligando as várias estradas que dela saem e que faz com que os carros de bombeiros não tenham de entrar na aldeia”. A Câmara Municipal tratou também de limpar as linhas elétricas, criar faixas de baixa densidade de 15 metros para cada lado nas vias municipais, e criar um gabinete florestal com técnicos que pudessem dar apoio nesta área. Além disso, porque perceberam que “o problema muitas vezes não é falta de meios, mas sim a dificuldade em fazer uma gestão correta dos meios, colocando-os no sítio certo à hora certa”, fizeram nascer o MacFire. Trata-se de uma ferramenta informática que “pretende funcionar como uma célula de planeamento de combate”, fornecendo informação cartográfica do território, histórico de incêndios e dados como os níveis de combustível em cada zona ou as infraestruturas - onde estão as faixas de baixa densidade, as circulares, os tanques de água -, para uma melhor gestão do fogo.

Apesar de este conjunto de medidas ser “importante”, “sem mexer na paisagem, sem repor o equilíbrio do território, nada disto é solução”. Mas, aí, levanta-se uma questão: “Como se faz gestão do território quando temos 40 mil hectares divididos em 80 mil

parcelas e temos 7 mil habitantes, a maioria idosos? E das 80 mil parcelas, 75/80% são propriedade de pessoas que não residem cá. E agora, quem é que vem tratar dos bocadinhos de terra?”. O município percebeu que tinha de fazer “algo muito diferente” e foi com estas questões em mente que propôs um modelo de gestão global do território, onde proprietários trabalham em sintonia com a autarquia e com os seus pares para reorganizar a revalorizar a paisagem.

Mação conta atualmente com 95% de área florestal, mas, para que seja seguro, essa área não deveria ultrapassar os 70% - diz o autarca. Além disso, é necessário criar mais faixas de baixa densidade. Isto tudo implicaria que sítios onde hoje há floresta deixariam de haver, que terrenos com capacidade produtiva deixariam de a ter

com o senhor que ficou com o caminho, pela área que ficou de pastagens. Então só há uma forma: gerir conjuntamente e partilhar custos e receitas, o que é bom e o que é mau”.

“Esta foi a proposta que levámos à Câmara em setembro de 2003: fazer estas unidades de grande dimensão, baixar as áreas florestais para níveis defensáveis. E, tendo em consideração a questão



e que muitos proprietários iriam “perder” os seus terrenos. E ainda se põe a questão dos custos, que, dada a dimensão territorial, nunca poderiam ser suportados pelo Estado. Tendo isso em conta, respeitando a propriedade privada, focando na sustentabilidade económica e querendo manter a ligação às pessoas da terra, mesmo as que já lá não moram, foi encontrada uma solução: “Grande parte do custo da manutenção destas áreas não produtivas, que servem para segurança, terá de vir do retorno das áreas florestais. O retorno dos sítios onde se colher eucaliptos não é só para o produtor, tem de ser a dividir pelo senhor que ficou com o aceiro,

do minifúndio e da falta de gente nas aldeias, só havia uma forma: se não temos atores no terreno, temos de os criar”, afirma António Louro, que garante ter tido a compreensão dos proprietários, já que não havia uma perda de propriedade, mas sim uma cedência da exploração.

Em 2003, o país começou a acompanhar este projeto, o que até influenciou a criação das ZIF – refere –, mas a ambição de Mação “é mais profunda” e o responsável acredita que “no espaço de uma década podemos fazer uma revolução no território do país”. Prova-o um projeto implementado no Alto da Caldeirinha, que é em tudo semelhante, mas sem agricultura, apenas para regeneração do pinheiro bravo. É uma área de 45 hectares, que é gerida conjuntamente pelos proprietários e onde foram feitas todas as infraestruturas necessárias. No último verão, apesar de várias frentes de fogo terem vindo em direção ao projeto, este não foi afetado. Prova que Mação está pronta para avançar, para ser exemplo, para fazer a diferença.

SISTEMAS AGRÍCOLAS DE ELEVADO VALOR NATURAL



PROJETO EUROPEU IMPULSIONA INOVAÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO

Aumentar a viabilidade socioeconómica e eficiência ambiental do Montado alentejano. Este é um dos desígnios do projeto HNV Link – Sistemas Agrícolas de Elevado Valor Natural. Trata-se de um projeto europeu que visa desenvolver e partilhar inovações em áreas de elevado valor natural ao longo da Europa. Portugal está representado pelo montado alentejano.

A Universidade de Évora, através do ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas participa no projeto H2020, HNV-Link. O objetivo, explica Isabel Ferraz de Oliveira, investigadora no ICAAM, é encontrar formas inovadoras de ajudar a suportar os Sistemas Agrícolas de Elevado Valor Natural existentes na Europa.

O projeto tem 13 parceiros e estabeleceu zonas de aprendizagem em diferentes países. São dez as áreas geográficas ligadas pelo projeto em que estes sistemas agrícolas são predominantes: Irlanda, Reino Unido, Bulgária, Roménia, Croácia, França, Grécia, Espanha, Suécia e Portugal. A Universidade de Évora-ICAAM – o parceiro a nível nacional – tem como estudo de caso o “Sítio de Monfurado”, que é uma área Natura 2000. A nível europeu há uma grande diversidade: “São realidades diferentes, uns são pequena agricultura, outros, como nós, um sistema agro-silvo-pastoril, outros sistemas extensivos de pastoreio, como acontece na Irlanda”, revela.

“Um grupo focal das Parecerias Europeias de Inovação (EIP-Agri) que incluía investigadores, agricultores, individualidades de ONGs entre outros, deu origem a uma candidatura ao programa de investigação e inovação Horizonte 2020 em 2015”, conta a investigadora. A 1 de abril de 2016 começava o projeto, que tem a duração de três anos, com o propósito de “contribuir para a melhoria da sustentabilidade social e económica dos sistemas de elevado valor natural, mantendo ou melhorando os seus valores naturais”.

E o que são estes sistemas? “São sistemas em que a produção agrícola está associada a elevado valor ambiental e a elevados níveis de biodiversidade. São normalmente sistemas mais marginais que outros sistemas agrícolas e que estão em claro declínio. São de muitos tipos, frequentemente extensivos. Quando são mais intensivos tem que haver multifuncionalidade”, diz. “Estão espalhados pela Europa (Roménia, Espanha, Irlanda, Grécia, Suécia, etc.) e pelo mundo. Muitas vezes estão associados a solos mais pobres e a condições socioeconómicas mais marginais e, portanto, estão em declínio”. Um declínio que deriva do abandono – “porque não é economicamente viável” – ou da intensificação. “E aí frequentemente perde-se a sustentabilidade ambiental”, afirma. Porque “na maior parte destes sistemas agrícolas, o elevado valor natural está associado à prática agrícola”, sustenta. Com exceção dos casos em que há abandono ou intensificação, em geral, o montado alentejano cumpre os critérios para ser considerado um sistema de elevado valor natural: tem atividade agrícola associada a elevados níveis de biodiversidade, multifuncionalidade e baixa intensificação.

A primeira fase do projeto – os primeiros 18 meses – englobou a caracterização socioeconómica e de atividade agrícola, o enquadramento de cada uma das dez áreas de aprendizagem para perceber o potencial de inovação em cada uma. “A maneira como queremos ajudar a suportar os sistemas de elevado valor natural, em que normalmente a investigação e o desenvolvimento tecnológico são sempre mais baixos – provavelmente associado à baixa rentabilidade – é tentar procurar inovações que possam contribuir para o desenvolvimento desses sistemas. As inovações podem ser de carácter tecnológico, social,



etc., mas nunca podem prejudicar os elevados valores naturais”, refere.

O projeto contempla ainda um plano de disseminação que pretende envolver grupos de produtores, técnicos, investigadores e outros agentes.

“No Sítio de Monfurado, fomos perceber que inovação existe e quais as faltas de inovação. Sempre com a preocupação de tentar juntar uma série de atores, constituindo uma pequena rede em cada zona de aprendizagem. No nosso caso envolvemos agricultores, a DRAP Alentejo, associações de desenvolvimento local, ICNF”.

Deste enquadramento alcançou-se uma visão partilhada do que é o montado ideal: multifuncional, com animais, pastagem e árvores. E “uma das conclusões a que se chegou é que no Montado Alentejano há baixos níveis de inovação”, observa a investigadora. Aqui a inovação foi classificada em quatro temas diferentes: social e institucional; em políticas e regulamentação; em produtos e mercados; e em gestão e técnicas agrícolas.

“Onde se detectou mais alguma inovação foi na área dos mercados e produtos, mas são iniciativas individuais”, comenta. “E isso reflete a baixa inovação social: os produtores de Montado são, em geral, muito individualistas e conservadores”, observa. Admite, porém, que estão abertos à inovação. “Têm vontade de fazer diferente, mas há uma diferença grande entre as intenções e as visões práticas sobre o Montado. Há um conflito entre aquilo que os agricultores são estimulados a fazer e o que idealizam para o Montado”, nota.

E em que áreas é mais necessária a inovação? O trabalho desenvolvido no HNV-Link identificou como necessidades de inovação prioritárias, segundo Isabel Ferraz de Oliveira: a necessidade de criar condições para gerir o solo de uma forma mais sustentada; a necessidade de proteção do renovo; e a criação de uma marca de prestígio para o Montado e para os seus produtos. Carne, cortiça, serviços associados ao turismo poderiam partilhar, assim, uma marca de excelência “Montado”, que “fizesse perceber que os produtos do Montado são diferentes”. “Seria importante para a sustentabilidade económica das pessoas e das empresas que aqui vivem”, afirma.

A segunda parte do projeto, que está a decorrer até março de 2019, é essencialmente dedicada à disseminação. Haverá, pois, visitas de intercâmbio entre as várias áreas de aprendizagem, para que os atores das diferentes áreas de aprendizagem possam partilhar a informação sobre “um conjunto grande de inovações nestes sistemas” a nível europeu.



“Nós iremos visitar um ou dois parceiros que possam colmatar as nossas necessidades de inovação”, adianta a investigadora. Prevista está a visita ao “The Burren”, na Irlanda, uma zona de pastoreio extensivo, que tinha há cerca de 20 anos os mesmos problemas do montado alentejano: intensificação ou abandono. O parceiro português pretende ir, assim, aprender com a experiência irlandesa de implementação de medidas de suporte aos agricultores financiadas em função dos resultados. “São medidas que têm dado muito bons resultados. Exigem uma monitorização muito mais próxima do que as medidas baseadas na gestão e uma assistência técnica continuada, de que também precisamos muito”, diz.



A nível local, haverá também encontros e workshops para iniciar o processo de conceção e desenho de medidas agroambientais baseadas em resultados para o Montado. “Tem que ser um trabalho conjunto, que envolva especialistas de diferentes áreas científicas, agricultores e individualidades da administração”, acrescenta, pois só assim haverá sucesso.

“Atualmente, estamos a desenvolver trabalho para, em conjunto com todos os atores do montado e em especial com a colaboração do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, contribuir para o desenho e eventual implementação de medidas baseadas em resultados num caso piloto no Montado que permita perceber se funcionam e se vale a pena implementar no próximo Quadro Comunitário”, conclui a investigadora.

Entre os principais resultados do projeto estará também um Atlas Interativo de inovações possíveis em áreas com Sistemas Agrícolas de Elevado Valor Natural. Finalmente, o HNV-Link desenvolverá material educativo para disseminar o conceito de HNV, os seus desafios e oportunidades a estudantes e professores das áreas de ciências agrárias e ambientais, desenvolvimento rural e conservação da natureza.

Para mais informações sobre o projecto HNV-Link consultar: <http://www.hnmlink.eu/>



TERRAS DO INFANTE ATUA NA PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS



MUNICÍPIOS DE ALJEZUR, LAGOS E VILA DO BISPO – TERRAS DO INFANTE – JUNTOS NO COMBATE AOS FOGOS

A proteção da floresta e a prevenção dos incêndios florestais estão no centro da atividade da Terras do Infante, a associação que junta os municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo.

As necessidades comuns de ordenamento, gestão e preservação dos recursos florestais foram as impulsionadoras da criação desta associação, que se encontra constituída e em atividade desde o ano 2000, sob uma designação que evoca afinidades históricas e um legado cultural comum personificado na figura do Infante D. Henrique.

Ações de limpeza e desmatação de terrenos, abertura e manutenção de aceiros, vigilância e intervenção são algumas das tarefas que desenvolve. A rede primária dos três municípios tem 232 km e 72 mil hectares, dos quais a área pública não chega aos dois mil hectares, sendo que “a manutenção de cada hectare anda à volta dos 350 euros a cada três anos”. “Tendo em conta a nebulosidade

legislativa que existe em termos de responsabilidade da limpeza da rede primária, chegou-se à conclusão que a única solução era nós intervirmos”, refere Sobral Almeida, responsável do gabinete técnico florestal da Terras do Infante.

As redes de proteção de floresta contra incêndios foram instaladas em 2007, no âmbito do programa comunitário AGRIS, através do qual foram criadas três equipas de vigilantes florestais. “No âmbito do AGRIS apresentaram-se várias candidaturas, no valor de 2,2 milhões de euros e realizou-se muito trabalho nas faixas de gestão de combustível e nas faixas de proteção aos aglomerados populacionais”, adianta, a presidente da Câmara Municipal de Lagos, Maria Joaquina Matos. Em 2003, no âmbito do Plano Municipal de Intervenção na Floresta, já se tinha feito “um bom trabalho a nível de rede viária e de alguns pontos de água”, afirma. “Em 2003 e 2005 a região foi muito afetada por incêndios, e houve o compromisso político que faríamos tudo o possível para que tal não nos voltasse a acontecer. Os impactos dos incêndios foram muito fortes, para a população e também em termos turísticos”, comenta a autarca. Já entre 2011 e 2012, executou-se toda a manutenção da rede primária pelo PRODER. Quanto ao PDR2020 já foram apresentadas 13 candidaturas que representam um investimento de aproximadamente 942 mil euros. Até à data foram apreciadas seis, duas sem dotação e quatro aprovadas, tendo estas quatro últimas, sido já alvo de abertura de procedimento. Para resolver a situação das outras duas – chumbadas – e na decorrência da abertura de um novo avi-



so, irão ser as mesmas recandidatadas. No território da Terras do Infante não existem, atualmente, quaisquer Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) em funcionamento. Contudo, na sequência de diversas reuniões com a Federação de Caçadores do Algarve, têm vindo a desenvolver-se diversas ações com vista à implementação das ZIF. “ Estamos esperançados que com esta ligação aos caçadores consigamos formar pelo menos duas ou três ZIF”, revela Sobral Almeida.

Atualmente existem três equipas de sapadores, uma em cada município, num total de 15 sapadores, tendo sido já atribuída uma nova equipa de cinco elementos para Aljezur, justificada pela abrangência florestal do território. Estas equipas têm por missão a vigilância e prevenção de fogos florestais, no período crítico (1 de junho a 31 de outubro) e trabalhos de silvicultura preventiva nos restantes meses, recorrendo a equipamentos adquiridos pela Associação de Municípios Terras do Infante, trabalhos iniciados em 2005/2006, tendo por base o Plano Intermunicipal



de Intervenção na Floresta (PMIF), documento de planeamento e gestão elaborado no contexto de um projeto de cooperação intermunicipal que engloba também a sensibilização das populações. O Orçamento do Estado para 2018 prevê que os proprietários privados tenham, até 15 de março, de limpar a vegetação, numa faixa mínima de 50 metros à volta das edificações confinantes com os espaços florestais e a envolvente aos aglomerados populacionais, numa faixa de 100 metros, identificada no PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios sendo que, caso não o façam, a obrigação passará a ser assumida pelos municípios, o que deverá ocorrer até 31 de maio. “Até 31 de maio de 2018, as câmaras municipais garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível prevista na lei, mediante comunicação e, na

falta de resposta em cinco dias, por aviso a afixar no local dos trabalhos”, lê-se no Regime Excepcional das Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível. A presidente da Câmara garante que “tudo vai ser feito para conseguir proceder à limpeza dos terrenos” tendo, porém, “consciência da dificuldade da missão”, admitindo que, perante a tragédia dos incêndios que ocorreram no ano passado, “é urgente resolver a situação”. Face à legislação vigente, “está a ser efetuado, por parte da GNR, o levantamento das necessidades de limpeza”, afirma. No sentido de reforçar a sensibilização junto dos proprietários, as Câmaras Municipais de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo, procederam à distribuição de brochuras com a informação sobre as áreas a limpar, colocação de outdoors e spots nas rádios locais.



Aspetto geral do Montado dos Louros, com uma gestão precária em que urge uma intervenção silvícola

A MULTIFUNCIONALIDADE DA FLORESTA

MONTADO DOS LOUROS: EXEMPLO DE UM PROJETO FLORESTAL NA ILHA DA MADEIRA

O enfoque dado hoje ao mundo rural extravasa a essência da produção, perspetivando-se que as funções desempenhadas pelo meio rural e pela atividade agroflorestal sejam não apenas as económicas como também as funções ambientais, sociais e culturais. A atividade agroflorestal é multifuncional, potenciando a produção de um conjunto de bens suplementares dos produtos, contribuindo para a dinâmica económica, social e cultural dos territórios. Constitui uma atividade que não está direcionada apenas à competitividade de produção, desempenhando um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar bens e tradições culturais, ao promover a fixação das pessoas, privilegiando a diversidade paisagística e o ordenamento e gestão dos espaços rurais e salvaguardando os recursos ecológico-naturais (sistemas hidrológicos, bioclimáticos, solos, vegetação, habitats, ...). Ademais, objetiva-se com os sistemas agroflorestais, enquanto pilares de dinamização efetiva do mundo rural, a sensibilização da população para a necessária integração da gestão do ambiente nos objetivos de desenvolvimento territorial.

Para além da sua função primária de produção, a atividade agroflorestal desenha ou molda as unidades de paisagem, cruciais num território onde o Turismo constitui um forte alicerce económico, fornece benefícios ambientais como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socioeconómica de

muitas áreas rurais relegadas ao abandono ou sob gestão precária. Pretende-se consolidar o carácter multifuncional da agricultura e da silvicultura – expresso na forma de sistemas agroflorestais, exigindo que estes se afirmem numa tripla valência concertada: económica – produtora de bens de mercado; ambiental – gestora de recursos e territórios; e social – integradora de atividades e rendimentos. A valorização económica associada aos sectores agrícola e florestal, o correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais surgem como objetivos inquestionáveis para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Os projetos florestais que têm sido elaborados na ilha da Madeira no âmbito do PRODERAM 2020, alguns em execução no terreno, no seu geral são projetos que visam reverter situações de falta de gestão, integrando ou promovendo nalguns os sistemas agroflorestais como unidades potenciadoras dessa mesma gestão. A multifuncionalidade da floresta não pode ser descurada, sendo de fomentar esses sistemas essencialmente nas zonas de transição correspondentes a franjas peri-agrícolas caracteristicamente adensadas de matos e onde se expressa o domínio das plantas invasoras. Ademais, o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma da Madeira (PROF-RAM) prevê a implantação de sistemas dessa natureza, requerendo um grande conhecimento do terreno, essencialmente aquando da elaboração dos instrumentos de gestão florestal, o que pressupõe uma análise profunda dos locais e a opção das melhores escolhas técnicas para as áreas. Não devendo ser descuradas questões cruciais como a erosão dos solos, as plantas invasoras, essencialmente lenhosas, a prevenção dos incêndios florestais, que tanto nos tem preocupado nos últimos anos, os quesitos fitossanitários da floresta, além obviamente de ter presente os objetivos e anseios dos proprietários florestais. Atualmente, a ilha da Madeira depara-se com terrenos de propriedade privada, nos quais as áreas de aptidão florestal ou agrícola se encontram relegadas ao abandono ou sob gestão precária. Estas



Mancha densa de invasoras com predomínio de Acácias (*Acacia dealbata*)



Área fustigada pelo incêndio

áreas circunscrevem-se principalmente nas zonas de transição entre os espaços agrícolas cultivados e os espaços florestais com regularidade de gestão. Estas faixas de transição reúnem terrenos com grandes potencialidades para a promoção de sistemas agroflorestais, onde o desenvolvimento da silvopastorícia, da apicultura ou da produção de frutos secos, aliada à proteção da floresta e ao seu fomento, garantem mais-valias económicas, a curto prazo, para os detentores ou gestores destes espaços, a par da projeção de objetivos de produção lenhosa a médio e longo prazos.

Como exemplo de projeto que expressa a multifuncionalidade da floresta integrada em sistemas agroflorestais, é de assinalar o projeto concebido para o Montado dos Louros, já em fase de execução física.

O Montado dos Louros localiza-se no sítio da Ribeira das Cales, freguesia do Monte, concelho do Funchal. A sua superfície, com mais de 65 hectares, faz com que esta propriedade seja classificada no lote das grandes propriedades florestais da RAM. Em termos silvícolas, apresenta graves problemas de gestão, muito devido a um incêndio que afetou praticamente toda a área em 2010. Como consequências, e com impactos negativos significativos, expressam-se alterações edáficas e na composição da vegetação, proliferando matos e invasoras lenhosas, traduzindo-se em termos de riscos no aumento da vulnerabilidade das áreas aos incêndios e,



Mosaico diversificado que se pretende alcançar - Modelo público gerido pelo Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM



concomitantemente, na propensão para a erosão dos solos. Presentemente, em grande parte da superfície, predominam espécies invasoras, principalmente lenhosas, com domínio de acácias (*Acacia dealbata*) que se estendem até à cota de 1200 metros; passando nas cotas mais altas a dominar a giesta (*Cytisus scoparius*). Esta composição florística, que tende a se expandir, necessita de uma intervenção florestal para reverter esta realidade, pois se nada for efetuado ao nível da gestão, o mais provável é que em poucos anos toda a propriedade fique seriamente dominada por plantas invasoras.

No âmbito do Plano de Gestão Florestal e no projeto de intervenção florestal foram contemplados para o montado florestal dos Louros, na sua essência, as seguintes componentes:

► (II) COMPONENTE DE FLORESTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ÁREA FLORESTAL

Reabilitação e expansão florestal com arborizações de qualidade com espécies indígenas/folhosas, nomeadamente, castanheiro, vinhático, faia das ilhas, loureiro, til, perado, massaroco, uveira da serra, urze das vassouras, estreleira. Redução do risco de ignição e de progressão de incêndios florestais recorrendo a técnicas de silvicultura preventiva.

► (III) AÇÕES PROPOSTAS NA COMPONENTE DA PREVENÇÃO

Construção de reservatórios de água, construção e beneficiação de caminhos florestais, construção de uma conduta de água com instalação de marcos de incêndios ao longo do troço dos principais caminhos florestais; abertura de aceiro; podas sanitárias; e aquisição de máquinas e equipamentos diversos para a redução e remoção dos combustíveis da área.

► (III) AÇÕES PROPOSTAS NA COMPONENTE DO USO MÚLTIPLO DA FLORESTA

Beneficiação de um espaço florestal subaproveitado, potenciando a silvopastorícia e a apicultura, com a instalação/construção de abrigo para bovinos, manjedouras e bebedouros e vedação; instalação de culturas melhoradoras do solo (pastagens biodiversas) para proporcionar o bem-estar animal e a conservação do solo; instalação de apiário para suporte de 100 colmeias; aquisição de equipamento de extração de processamento; aquisição de equipamento de proteção do apicultor e manuseamento. Reconstrução de um reservatório de água em betão, abastecido por uma nascente, para apoio à atividade silvopastoril e construção de armazém de apoio à atividade apícola.

Fomentar a gestão sustentável da floresta e espaços agroflorestais, em zonas de transição, com intervenções silvícolas conscientes e promissoras, é o objetivo do presente projeto florestal. Objetiva-se que os proprietários florestais reconheçam este sistema agroflorestal como uma mais-valia socioeconómica, integradora de atividades e rendimentos, bem como fornecedora de benefícios ambientais e, conseqüentemente, diversificadora e dinamizadora do meio rural.

Em suma, pode este projeto servir como projeto-piloto de um sistema agroflorestal em zona de transição, gerido por proprietários privados, e como exemplo a seguir por outros proprietários em prole da defesa do nosso património florestal e dos recursos naturais associados.

A CRIPTOMÉRIA TRANSFORMADA EM MALA VEGAN

A floresta é uma componente determinante na paisagem do arquipélago dos Açores, ocupando cerca de um terço do território. Desta área, mais de 12 mil hectares estão ocupados por matas de criptoméria (*Cryptomeria japonica*), também conhecida por cedro japonês. Mas não só de paisagem se fazem as ilhas e a importância económica do setor também é tida em conta. Neste contexto, a criptoméria dos Açores é distinguida pelo Conselho de Gestão Florestal com a certificação Forest Stewardship Council (FSC), que assegura a proveniência de florestas geridas responsabilmente. Originária do Extremo Oriente, a criptoméria apresenta um borme de cor pálida, branco amarelado, de espessura reduzida e bem distinto do cerne que apresenta um tom rosado, acastanhado ou negro. Caracterizada pela leveza e pelo aroma, a sua madeira tem um campo de utilização muito próprio, mais concretamente em contraplacados, revestimentos, divisórias, portas, janelas, treliças e mobiliários (entre outras).

Na ilha de São Miguel, mais de dois mil hectares são ocupados por criptoméria. E foi este o ponto de partida da arquiteta Sónia Pereira, cuja faceta de empreendedora a levou a dar um uso menos comum a esta matéria-prima que, por ali, é tida como “uma madeira menos rica, porque é uma madeira mole”. Dela faz peças de merchandising, maquetes, casas de bonecas e malas. É esse o cenário do ateliê da arquiteta: situado no Nonagon - Parque da Ciência e Tecnologia de São Miguel, quem transpõe a porta encontra (à frente) o Coliseu Micaelense e (à esquerda) o Palácio de Santana. Maquetas, claro. Trabalhos feitos em – e aqui o cheiro não engana – criptoméria. “Eu ontem recebi uma remessa de madeiras e por isso o cheiro deve estar, porque eu não sei, intenso”. Filha de carpinteiro marceneiro, “um artista”, Sónia há muito que já não sente o cheiro, mas a fixação pelos trabalhos de madeira herdou do pai. “Eu acompanhava muito o processo porque já achava muito engraçado aquela criatividade”. Formou-se na

Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e já ao longo do curso era constante a apresentação de maquetas: “Desenvolvi nesta vertente um gosto muito especial”, partilha. Mas foi através do modelismo, já como profissão e depois de regressar aos Açores, que nasceu o foco nesta madeira. Percebeu, inicialmente, que para desenvolver maquetas apenas tinha as opções do cartão e da kapaline. “Mas o acabamento não ficava perfeito, por isso, decidi trabalhar com madeira: a balsa. Uma madeira branca, sem veio, sem personalidade, e que até considero uma madeira triste, que quase pode ser substituída por cartão madeira”, conta. Só mais tarde, começou a trabalhar aquela que se tornaria a sua matéria-prima de eleição. Através dos serviços florestais da região, encontrou carpinteiros que trabalhassem as primeiras camadas da madeira da criptoméria em espessuras entre os 2 mm e os 2,5 mm, crucial para “o mundo do modelismo” e que apenas é utilizada “em peças menos ricas como a cofragem”. E aqui começou a quebrar o estigma associado à criptoméria, o de “não acrescentar valor” à peça que integra. Um tabu que vê ser quebrado também com o aumento do turismo, já que “a tendência é misturar e a criptoméria está finalmente a aparecer”. Para a arquiteta, a criptoméria é uma madeira que desafia: “Tem fragilidades, mas por que não pegar nas fragilidades e torná-las num potencial?”. É um potencial que, mais recentemente, assumiu a forma de malas, porventura o produto mais inesperado quando se trabalha madeira. “As malas são vegan”, o interior em fibra do ananás (produ-



zida fora dos Açores) e o exterior em madeira de criptoméria. Só apareceram depois de ter ganho o concurso regional de modelismo com uma casa de bonecas, o que a levou a conseguir as “verbas necessárias” para novas candidaturas e abriu caminho a novos financiamentos. “Equipei todo o atelier. Eu queria trabalhar a questão do modelismo ao nível profissional e por isso adquiri um equipamento a laser”, concretiza.

“As malas surgiram como uma necessidade”. Sónia Pereira tinha o conjunto perfeito para ir a um evento, mas faltava-lhe uma... Mala. “Juntei o equipamento que tinha à minha imaginação e comecei a



senhar os diferentes modelos. “Numa sexta-feira em que no final do dia se vai para um evento, não é preciso mudar de mala, apenas adapta-la à ocasião”, explica.

Assina com a marca FairYTree a coleção “vegan eco-friendly, com malas que são peças únicas e que apelam as sensações, aos sentidos, ao tato ao olfato”. A arquiteta quis “um selo branco” para a marca. “Queremos marcar a diferença pela qualidade, pela materialidade e pela preocupação com o ambiente. Não pela marca”, explica. Sónia Pereira adianta que terá três certificados “mundialmente conhecidos”, destacando a candidatura para o selo PETA. “Temos as condições todas necessárias”. O envernizamento e o corte da espessura da madeira são deixados para “profissionais da carpintaria”, a elaboração da mala para fábricas em Portugal Continental e todo o restante processo da produção da madeira e design é da sua autoria.

“Estamos numa fase final”, diz. Para poder passar à comercialização, a arquiteta espera por um equipamento para prensagem e colagem a quente das peças de madeira. Atualmente, o



criar malas para mim”, conta, sem esconder o orgulho. Começou com uma pequena mala, a que, para acompanhar o vestido, aplicou cor. Esta é outra vantagem da madeira de criptoméria, pois o veio permite acrescentar cor: “Até porque o veio em si não esconde os pormenores e é singular. O desenho desta peça não aparece em mais lado nenhum, é uma peça única”. Além de única, a arquiteta enaltece a leveza e o facto de as peças serem maleáveis como principais qualidades desta matéria-prima para a moda.

As malas que mostra são apenas protótipos. “Vítimas”, como lhes chama, de experiências, de manuseamento e até de utilidade. Os sinais são visíveis, com a experimentação a estender-se à própria marca. “Miicasa foi o primeiro nome que registei. Só que ao nível da comunicação social fiquei sempre conhecida como arquiteta Sónia Pereira, então passei o nome do atelier e a marca passou a Atelier Arquiteta Sónia Pereira”.

A primeira coleção tem cinco modelos e foi projetada em torno do tema “Roots”, tendo por base a obra de Augusto de Athayde, a qual retrata todos os jardins de José do Canto, amante da botânica e que levou a criptoméria para os Açores. Todas as peças têm fibra de ananás. O padrão da mala é reflexo do tema e, influenciada pela origem da criptoméria, apoiou-se no conceito do origami para de-

negócio passa pelo merchandising, tendo como “melhor” cliente a Presidência do Governo Regional dos Açores.

Com o foco no mercado estrangeiro, Sónia Pereira parabeneza a iniciativa do governo regional traduzida no programa de apoio às empresas ligadas a fileira da madeira que pretendam o selo à *Forestry Stewardship Council*. E anuncia que se vai candidatar aos incentivos de internacionalização porque o produto se direciona para um público com grande poder de compra. Qatar é um dos destinos no horizonte.

ler

Relatório da Comissão Técnica Independente, outubro 2017

https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/Relat%C3%B3rioCTI_VF%20.pdf

Análise da Problemática dos Incêndios Florestais/2015

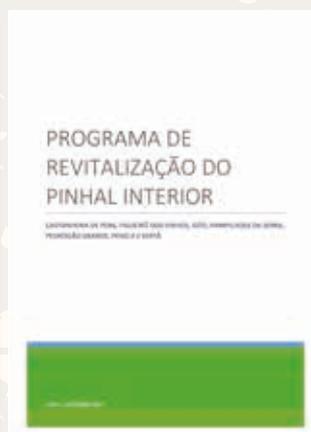
https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Fogos_Vol_1_net.pdf

Programa de Revitalização do Pinhal Interior

<https://www.portugal.gov.pt/media/32289338/programa-de-revitalizacao-do-pinhhal-interior-iiptx.pdf>

O Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, Iniciado a 17 de junho de 2017

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=3bb9773b-59fb-4099-9de5-a22fdcad1e3b>



internet

- > DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<http://www.dgadr.gov.pt/>
- > ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<http://www.icnf.pt/>
- > IFAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico
- > PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2020
<http://www.pdr-2020.pt/>
- > UNAC - União da Floresta Mediterrânica
<http://www.unac.pa>
- > Fórum Florestal - Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa
<http://forumflorestal.pt/>
- > Forestis - Associação Florestal de Portugal
<http://forestis.pt/default.aspx>
- > BALADI - Federação Nacional dos Baldios
<http://www.baladi.pt/sitio/>
- > FENAFLORESTA - Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Florestais, FCRL
<https://www.confagri.pt/associadas/fenafloresta/>
- > FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais
<http://www.fnapf.pt/>

site



www.rederural.gov.pt

O site da Rede Rural Nacional (RRN) é uma plataforma fundamental para a troca e divulgação de informação atualizada.

Esta edição da RRN está disponível para consulta no site.



<https://www.facebook.com/pages/rede-Rural-Nacional/444105895706165>



https://twitter.com/pt_rrnacional



AV. AFONSO COSTA, 3 | 1949-002 LISBOA | PORTUGAL | TEL.:(351)218.442.391 | FAX:(351) 218.442.380 | E-MAIL:REDERURALNACIONAL@DGADR.PT

